



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 519 - DE 08 A 22 DE MAIO DE 2016 - R\$ 4,00

O golpe triunfou, mas não triunfou o governo golpista
Que a CUT rompa com a política de conciliação de classes do PT
Enfrentar o usurpador governo de Temer
com a frente única de luta pelas reivindicações
com os métodos próprios da classe operária
e com sua estratégia revolucionária de poder



Um 1º de maio fragmentado pelas direções burocráticas,
sob as políticas da direita burguesa (Força Sindical),
governista (CUT), eleitoralista (Conlutas).
A razão é a ausência da intervenção independente
da classe operária, com suas reivindicações,
seus métodos de luta e sua estratégia de poder.

Política Operária

Enfrentar o governo golpista de Temer

Michel Temer se prepara para se apossar da presidência da República. Agora, nossa luta é contra o governo golpista do PMDB, PSDB, DEM e demais partidos que debandaram para o impeachment.

Sob o governo de Lula e de Dilma, o PT, CUT e demais aliados deixaram de lutar pelas necessidades e reivindicações que uniriam os operários, camponeses e juventude oprimida contra a exploração capitalista do trabalho. Vemos que nada foi feito para organizar um movimento nacional em defesa dos empregos, salários, terra aos camponeses e proteção à juventude trabalhadora. Milhões foram demitidos sob o governo de Dilma e nada foi feito! O custo de vida tem achatado os salários e nada foi feito! E agora, sob o governo golpista de Temer, o que é preciso fazer? Organizar a luta de desde já.

A camarilha do PMDB - Michel Temer, Moreira Franco, Eliseu Padilha, Geddel Viera Lima e Romero Jucá - negocia com representantes dos capitalistas como será aplicado o programa "Ponte para o futuro", preparado no trajeto da conspiração golpista. O ponto de partida está em alcançar um superávit primário que dê segurança aos portadores dos títulos da dívida pública. Dilma Rousseff "cortou na carne" e estabeleceu um plano de privatizações, como exigiam os banqueiros e investidores, mas não foi suficiente para brecar o crescimento da dívida e ter recursos para sustentar um montante anual de R\$ 500 bilhões em juros. Pretendia recuperar o imposto do cheque (CPMF), o que lhe daria um fôlego fiscal. Mas a Fiesp, empenhada no impeachment, liderou um movimento contrário. De maneira que, agora, o governo golpista terá de ir mais fundo.

Não há plano para a crise de superprodução e para os profundos desequilíbrios do país semicolonial, amplamente dependente do capital financeiro e das diretrizes do imperialismo, que não se direcione contra as massas e a economia nacional. Dilma começou a trilhar esse caminho com o ministro Joaquim Levy. Mas não teve condições políticas e sociais para ir às últimas consequências. Ao ficar no meio do caminho, com a crise avançando a passos largos, tornou-se um empecilho para o grande capital. Deixou para o governo usurpador um trajeto que constava de seu "ajuste fiscal". Trata-se da eliminação de direitos trabalhistas e previdenciários, das privatizações, do aumento dos impostos, da contenção do reajuste do salário mínimo, dos programas sociais, dos cortes de recursos para a educação, saúde, etc. e do arrocho sobre os servidores federais. O governo golpista somente terá de ir mais adiante e agir duramente para implantar as medidas antioperárias, antipopulares e antinacionais.

Não haverá uma descontinuidade de fundamento da política econômica de Michel Temer com o de Dilma Rousseff. Mas haverá uma mudança na forma e nos objetivos da administração dos recursos do Estado.

O PT procurou distribuir a maior proporção possível do Orçamento da União para o assistencialismo e aos serviços sociais. A camarilha de Temer indicou que essa distribuição será revista. Os projetos que marcaram a política de "inclusão social", de "reparação histórica" e de "cidadania" vão para a lata do lixo. Discute-se como se fará para esvaziar o "Programa Bolsa-Família", o "Minha Casa, Minha Vida" e os subsídios destinados aos "movimentos so-

ciais", como o MST, as organizações dedicadas à promoção racial e de "gênero", segundo expressão dos reformistas.

As privatizações já estavam em curso no governo petista. Mas a rigidez como eram processadas sofria resistência dos investidores. Não se admitia que o governo interferisse na lucratividade. Privatizar significa entregar patrimônio público a poderosos grupos econômicos. O Estado abre mão desses recursos principalmente quando a crise fiscal golpeia o Tesouro da União. Vacas gordas são compradas como vacas magras. O governo do PT impulsionou a entrega da infraestrutura e serviços. Mesmo deposta, Dilma Rousseff manteve o plano de privatização de rodovias, aeroportos, ferrovias e portos. Como gesto de quem estava disposta a mudar o controle do Estado sobre o petróleo para evitar o impeachment, a petista admitiu a lei patrocinada por José Serra e votada no Senado, que alterou a competência da Petrobrás diante das petroleiras internacionais.

Está claro que o papel do governo golpista não é o de substituir fundamentos econômicos vigentes por outros completamente distintos, mas o de alterar o máximo possível os aspectos inaceitáveis ao capital financeiro e aos monopólios industriais. Essa será a interrupção entre o governo petista e o governo da direita burguesa. Sem dúvida, terá contundentes reflexos sobre a vida das massas e a economia nacional.

O problema fundamental que diz respeito à classe operária e à maioria oprimida permanece. A política de colaboração de classes e de sujeição dos sindicatos ao Estado burguês não foi mudada com a rachadura política impulsionada pela crise econômica. Tudo indica que o PT e a burocracia sindical logo lambeirão as feridas e se adaptarão à nova situação. Foi posta no horizonte a convocação de eleições antecipadas para presidente. Evidentemente, é uma válvula de escape no caso do governo Temer naufragar prematuramente. Como se vê, a luta pela independência de classe dos explorados e por potenciar sua revolta instintiva está diante de novos obstáculos. Há que trabalhar imediatamente contra o governo golpista e rechaçar as novas vias pelas quais os petistas, estalinistas e toda sorte de reformistas irão se apoiar para sustentar a política burguesa de conciliação de classes. É preciso responder sem demora aos ataques que estão sendo preparados.

Eis alguns pontos: 1) Rejeitar qualquer medida de política econômica que golpeie os empregos e salários; 2) Rejeitar qualquer reforma trabalhista que quebre ou elimine direitos trabalhistas; 3) Rejeitar a reforma da previdência que dificulta e prejudica a aposentadoria; 4) Rejeitar as medidas que reduzam verbas para a saúde, educação, assentamentos agrários e programas sociais, como Bolsa-Família, Minha Casa, Minha Vida; 5) Rejeitar o plano de privatização e de desnacionalização da economia; 6) Rejeitar o pagamento da dívida pública.

Esses seis pontos servem de guia para iniciar desde já a luta contra o governo golpista. O POR chama: Que a CUT, sindicatos e movimentos rompam com a política de conciliação de classes do PT e se coloquem imediatamente pela organização de um movimento nacional em defesa dos empregos e dos salários. Que convoquem assembleias gerais em todos os sindicatos. Que promovam as assembleias populares nos bairros. Não vamos dar trégua ao governo golpista de Temer, PMDB, PSDB e DEM.

Organizar desde já a luta contra o usurpador Temer

O golpe já foi dado. O Senado tão somente o referendará. Ninguém mais se importa com a defesa de Dilma Rousseff de que não houve crime de responsabilidade que justifique o impeachment. Michel Temer já tem praticamente constituído o novo governo golpista. A camarilha do PMDB conta avidamente os poucos dias que faltam para que Dilma seja afastada e o golpe se consagre com a posse do vice-presidente conspirador. O PSDB está obrigado a compor com Temer, embora esteja dividido quanto à forma e aos meios. Os demais partidos que serviram de instrumento para viabilizar o impeachment negociam sua fatia do bolo amanhecido e fétido. Concorrem entre si e exigem de Temer a justa compensação por terem participado decisivamente da sujeira no Congresso Nacional.

A camarilha comandada por Moreira Franco anuncia que o governo golpista fará grandes mudanças na política econômica. Sua face antipopular e antinacional é bem mais fria e dura que a do governo do PT. No Senado, os petistas dão a última refrega legislativa. Comportam-se como disciplinados legalistas. De vez em quando, armam um bate-boca com o reacionário e provocador Ronaldo Caiado (DEM), mas no geral exercem o cretinismo parlamentar dos gentis derrotados.

Neste exato momento, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu afastar Eduardo Cunha de suas funções parlamentares. Esse acontecimento despertou a esperança em setores governistas sobre a possibilidade de reverter o impeachment no Supremo. O PT e PCdoB cumprem o caminho das pedras e como retirantes expulsos do poder fazem os últimos gestos de resistência parlamentar e logo mais, provavelmente, judicial. O certo é que a decisão do STF de cortar as asas do delinquente Eduardo Cunha não é senão mais um lance no tabuleiro do golpe de Estado, que serve de garantia ao governo que surge da conspiração, que terá de se apresentar com uma cara cheia de retoques e de ganhar vida diante da população sofrida.

A burguesia e seus cérebros pensantes partem da constatação de que a derrubada de Dilma não é em si a solução para a crise. A possibilidade de Michel Temer e da camarilha peemedebista de realinhar e centralizar as frações da burguesia para impor um violento plano antipopular e antinacional é quase nula. Sua tarefa, portanto, será a de garantir a turbulenta transição para as eleições presidenciais e legislativas de outubro de 2018. O que exigirá dos partidos golpistas alto desprendimento e espírito de “união nacional”. As massas deverão ser atacadas com mais determinação que a do governo petista (considerado populista pela direita golpista). A classe operária terá de arcar com a reforma trabalhista que foi sendo adiada nos governos de Lula e Dilma. “Do couro sai a correia” - essa é a orientação dos capitalistas que se guiam pela necessidade do Estado garantir o parasitismo da dívida pública e o saque do Tesouro Nacional.

Dilma foi derrubada justamente porque se descuidou de manter o superávit primário e administrar com prontidão a dívida pública de acordo com os interesses do capital financeiro nacional e internacional. O governo golpista está de frente a esse mesmo problema e em meio à vigorosa turbulência da economia mundial. O governo Dilma serviu o quanto pôde às diretrizes do grande capital, mas não com o suficiente empenho e competência para unir as frações da burguesia e poderosos grupos econômicos que veem seus negócios desabarem e os altos lucros diminuírem.



O impeachment demonstrou que a condição para governar o capitalismo em profunda recessão e desintegração é a de um poder que não transija com os interesses e necessidades do capital financeiro, que caracteriza a época imperialista de contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Não era conveniente se desfazer do governo petista por meio de um turbulento processo de impeachment. Não foram poucos os alertas emitidos por setores pensantes da própria oposição. Não foi fácil ao PSDB superar suas divergências e vacilações. No entanto, a força da crise econômica se impôs e ditou o curso dos acontecimentos. Pelo visto, continuará a ditar sob o governo golpista.

No processo de aglutinação das frações burguesas e de realinhamento dos partidos no Congresso Nacional, é preciso reconhecer a importância decisiva da política de conciliação de classes desenvolvida pelo braço sindical do PT e do governismo. Os explorados passaram da ilusão nas possibilidades do reformismo do governo Lula ao desencanto diante do governo Dilma que se mostrou incapaz de protegê-los diante das demissões em massa e da alta do custo de vida. Por experiência com os governos anteriores, em especial ao de Fernando Henrique Cardoso, a maioria oprimida e quase a totalidade da classe operária haviam se afastado dos velhos partidos da ordem burguesa oligárquica e servil ao imperialismo. Acreditaram no PT. Foram traídos. Sem que as massas rompessem sua confiança nos petistas não haveria o impeachment. Essa é a causa social mais profunda do golpe institucional e que também decidirá o destino do governo golpista.

A burocracia sindical, sem dúvida, tem muita responsabilidade. A política de conciliação de classes serviu por um momento à governabilidade do PT e depois à oposição para que se potenciasse como golpista. A inércia da CUT diante das demissões em massa, os “acordos” de flexibilização capitalista do trabalho do sindicato metalúrgico do ABC com as montadoras e o fingimento diante das medidas antioperárias de Dilma Rousseff contribuíram decisivamente para o avanço da estratégia golpista. Somente o proletariado em luta por suas reivindicações poderia barrar a ofensiva da reação. O que criaria as condições para se erguer uma oposição revolucionária diante do governo burguês de Dilma Rousseff.

O golpe triunfou, mas não triunfou o governo golpista. É nesse ponto em que se encontra a situação política. A continuidade da política de conciliação de classes ajudará Michel Temer a se firmar. O contrário também é verdadeiro. A maior probabilidade, porém, é que prevaleça a colaboração na forma de uma oposição parlamentar. Os petistas acham que tomaram um tombo feio, mas que não vai além de um tombo. Passada a tormenta do golpe, vão se rearmar para as disputas eleitorais. A burocracia sindical seguirá essa diretriz, podendo se apresentar com um pouco de radicalidade a depender da pressão do operariado.

O POR afirma claramente que o golpe triunfou e que a luta agora é para que não triunfe o governo golpista. Trata-se de trabalhar pela organização de um movimento nacional em defesa dos empregos, salários, terra aos camponeses, moradia, saúde e educação para os pobres e miseráveis. Trata-se de lutar na nova situação contra a política de conciliação de classes. Trata-se de preparar as condições para combater as medidas antioperárias e antinacionais do governo golpista de Michel Temer.

Responder às demissões e ao rebaixamento salarial constituindo a frente única sindical

As demissões crescem assustadoramente. Em pouco tempo, somam mais 11 milhões de desempregados. Em um ano, são 1,85 milhão de postos de trabalho formal fechados. A queda atingiu os setores chaves da economia: indústria, construção, comércio e serviços. Caiu também o rendimento médio dos assalariados em 3,2%, nesse último trimestre.

A crise econômica mundial arrastou o Brasil para profunda recessão. Os capitalistas se protegem, demitindo, cortando salários ou fechando empresas. Alegam que um terço da retração é provocada pelas condições econômicas internacionais e que dois terços são de responsabilidade do governo brasileiro na aplicação do ajuste fiscal. Potenciando, assim, a crise política, que culminou com o impeachment de Dilma Rousseff. Há economistas burgueses que apontam um quadro “desorientador” e não professam a tese de que a saída de Dilma possibilitará em curto prazo a recuperação da economia. Mas, há uma orientação que une toda classe capitalista de que é preciso acabar com a crise política para a economia voltar ao prumo. Está aí por que a derrubada do governo do PT é a saída para a reorganização das frações burguesas em torno do Estado.

Enquanto a burguesia se movimenta centralizadamente, as burocracias sindicais se dividem em torno das disputas interburguesas do impeachment. A Força Sindical trabalha para constituir o golpista Michel Temer. A CUT, CTB e aliados insistem em salvar o governo destituído. Para isso, tanto a Força Sindical quanto a CUT ocultaram e ocultam os reais problemas que atingem os explorados. Ambas falam em defesa da democracia, do Estado de direito, das instituições e utilizam a miséria da população para a politicagem burguesa.

O crescimento das demissões e as altas taxas de desemprego ganharam proporções gigantescas, enquanto as direções sindicais se digladiam em torno do impeachment. Não houve luta em favor dos empregos, dos salários e direitos. Não houve luta conjunta contra o fechamento de fábricas. As ocupações, como da Mabe, ficaram isoladas e as consequências dessa derrota golpeiam de conjunto a classe operária. Está aí por que o proletariado não tomou a frente da luta contra o golpe institucional.

O Partido Operário Revolucionário (POR) tem feito campanha nas portas de fábricas defendendo a luta pelo emprego. Divulgou uma carta aberta às direções sindicais propondo uma frente única sindical nacional, objetivando organizar as assembleias de base para impulsionar a luta coletiva. Defendeu a independência de classe diante das disputas interburguesas, denunciou o golpe e levantou as bandeiras que unificam os explorados: emprego, salário, direitos, moradia, saúde e educação. Mostrou que o caráter embrionário de um partido não pode ser obstáculo para enfrentar as burocracias sindicais, que controlam a classe operária. Chamou a vanguarda a se posicionar pela única saída que interessa aos explorados, como ponto de partida do combate aos exploradores, que é a defesa do emprego e do salário.

Burocracias da CUT e da Força Sindical procuram a via da conciliação

Diante da avalanche de demissões, o presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC e de São Paulo (CUT e Força Sindical) foram no dia 2 de maio atrás da Anfavea (entidade patronal das

montadoras) para pedir a retomada do crescimento no setor automotivo. Falaram do Inovar-Auto, das pesquisas tecnológicas (do laboratório de testes de motores da Scania) e do Programa Nacional de Renovação da frota. Queriam um compromisso com o novo presidente da Anfavea para bloquear as demissões. Saíram da reunião do jeito que entraram: nada. Está claro que as montadoras pretendem continuar com as demissões.

Os burocratas querem revitalizar a política de conciliação de classes, no momento de profunda crise econômica. Os capitalistas não têm nada a oferecer. Estão com a orientação geral de cortes de gastos, daí as demissões e rebaixamento de salários. Ao invés de enfrentar os capitalistas, os burocratas acobertam sua traição com o falatório de que estão negociando. Desprezam a força coletiva da classe operária e procuram a via de uma conciliação com o patronato para dissolver a pressão dos operários que estão com a corda no pescoço.

A luta pelas reivindicações implicará no combate às burocracias traidoras. O que pressupõe a construção de direções sindicais classistas e independentes da política burguesa.

Mercedes-Benz anuncia demissões

Os metalúrgicos da Mercedes não têm um segundo de trégua. Não se fala outra coisa, há anos na Mercedes, que não seja demissões. A assembleia do dia 4 de maio aprovou uma paralisação de um dia, que o sindicato chamou de ALERTA. Os dirigentes sindicais disseram aos operários apreensivos que a montadora não quer renovar o Programa Proteção ao Emprego (PPE). Desmentiram o comunicado da empresa de que havia uma negociação em curso com o sindicato. Com um tom otimista, disseram que o momento é difícil, mas “já passamos por momentos como este e superamos”. E que é preciso encontrar “caminhos com responsabilidade e sabedoria” e não como a empresa pretende fazer. Essa é uma burocracia acovardada diante da dureza da multinacional.

O fato é que há 1500 operários em lay-off e o PPE encerra no final de maio. A montadora pressiona o sindicato para um acordo de demissão. A direção do sindicato, na frente dos operários, disse que não vai recuar e não vai aceitar a pressão pelas demissões. Concluiu que haverá uma reunião com a multinacional e que na semana que vem, se continuar com “o desrespeito aos trabalhadores”, o movimento terá de ser mais forte, referindo-se à paralisação de um dia.

Ao invés de preparar a assembleia geral dos metalúrgicos das montadoras e aprovar um plano coletivo para responder às demissões, que ocorrem em todas elas, a burocracia trata as demissões da Mercedes como um caso isolado. Por essa via, a derrota é certa. É necessário que os metalúrgicos do ABC compreendam que estão diante de uma direção covarde e traidora. Está colocada a defesa da redução da jornada de trabalho sem a redução salarial, estabilidade no emprego, fim da flexibilização capitalista do trabalho e escala móvel das horas de trabalho a ser defendida nacionalmente pelos assalariados. Defender a convocação da assembleia geral e a implantação da democracia sindical. Colocar na ordem do dia a unidade de todos os trabalhadores em uma frente única de luta pela defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

Mais um 1º de Maio comprometido pelas direções burocráticas

Desde o 1º de Maio impulsionado pelas greves metalúrgicas do ABC, quando a ditadura militar cedia passagem à volta da democracia burguesa, a classe operária não comparece ativa e não faz do dia internacional dos trabalhadores um momento de defesa de suas reivindicações. O divisionismo, a festividade, o diversionismo, a leviandade e a corrupção política tomaram conta desse dia.

O 1º de Maio que nasceu dos combates e do sangue derramado de incansáveis lutadores se tornou um retrato da capitulação, da traição e do servilismo das direções colaboracionistas.

Ouvimos a justificativa de parte das esquerdas de que a classe operária já não é a mesma, que não vem ao 1º de Maio para ouvir discurso partidário e que é preciso de atrações culturais para que se desloque de sua casa para a manifestação.

A direita sindical usa o meio da corrupção política com sorteios, os reformistas oferecem artistas “populares” e a esquerda subordina a ação política à cantoria de protesto. As diferenças são consideráveis, mas não de essência. De uma forma ou de outra, mais descaradas ou mais disfarçadas, as distintas variantes concluem na vala comum da adaptação ao capitalismo e às condições políticas ditadas pela burguesia e seu Estado.

O 1º de Maio de 2016 ocorreu no auge da crise econômica e política. Diariamente, os capitalistas demitem às centenas, milhares ao mês e milhão ao ano. De cerca de 7 milhões de desempregados, em pouco tempo, o número saltou para mais de 11 milhões. As centrais sindicais, porém, não responderam ao brutal ataque à força de trabalho e às condições de existência das famílias operárias.

A alta do custo de vida pôs à luz do dia a carestia, que esmaga a maioria dos pobres e miseráveis. A renda média nacional dos assalariados caiu. Os patrões aproveitaram-se da crise de superprodução para conter os salários e aumentar a taxa de exploração da força de trabalho. Milhões ficaram inadimplentes. As centrais sindicais não responderam ao brutal ataque capitalista à maioria oprimida.

O governo Dilma cortou direitos trabalhistas e previdenciários. Conteve gastos sociais que atingiram programas como Bolsa-Família, Minha Casa, Minha Vida, saúde e educação. Os governos estaduais fizeram o mesmo, com o agravante de que em alguns estados o pagamento dos salários da ativa e dos aposentados foi atrasado e parcelado. E as centrais nada fizeram para organizar um movimento nacional de defesa da vida das massas.

A CUT e Força Sindical, as duas maiores centrais, canalizaram toda energia e atenção para a disputa interburguesa em torno do impeachment. Não é de agora que essas duas frações da burocracia sindical passaram a agir como instrumento di-

reto da política burguesa e se ergueram como dois pilares de sustentação dos interesses do patronato. Mas é em momento de profunda crise que se mostram por inteiro como freio ao proletariado e demais oprimidos. São responsáveis, seja trabalhando pela derrubada do governo, seja defendendo-o, pelo desarme da classe operária diante da destruição de postos de trabalho, do impulso ao desemprego, do rebaixamento salarial e das perdas inflacionárias.

CUT e Força Sindical estavam e estão em posições opostas quanto ao destino de Dilma Rousseff, mas não diferiram quanto ao papel que jogaram e jogam na fragmentação e na paralisia da classe operária perante um patronato, feroz, unido e ativo. Essa contradição é própria dos aparatos sindicais que dependem da política burguesa para existir e sobreviver.

Observamos que a evidente polarização política entre a CUT e a Força Sindical serviu para ocultar a unidade colaboracionista com a classe capitalista que liquidava empregos e confiscava parte dos salários. As demais centrais se nortearam por essa polarização e colaboração.

A CSP-Conlutas, que procurou se distinguir dos dois campos, mostrou sua extrema fragilidade, incapaz que foi de encabeçar um movimento de frente única de defesa da vida das massas. Ao expressar a política centrista do PSTU, que desfraldou a bandeira de “Fora Todos e eleições gerais”, a CSP-Conlutas se limitou à crise política e não serviu de canal de luta dos explorados. A pretensão de realizar um 1º de Maio que a distin-

guisse da polarização fracassou. Não apenas pelo pequeno número de manifestantes, mas principalmente porque esteve preso à linha oportunista do “Fora todos e eleições gerais”.

O ato de 1º de Maio da Praça da Sé não fugiu à regra. Predominaram as posições em torno da defesa da democracia burguesa e da convocação das eleições. Malhou-se o governo moribundo de Dilma Rousseff e pouca importância se deu ao governo golpista de Temer que se prepara para assumir o poder.

Esse quadro se reproduziu em outros estados, com esta ou aquela diferença. No fundamental, o 1º de Maio esteve condicionado pela divisão interburguesa e pela política de colaboração de classes da burocracia sindical. O proletariado não pôde se animar diante de um 1º de Maio que anos a fio não passa de instrumento da burocracia venal e traidora. Não pôde se animar diante de um 1º de Maio que não resultou de um poderoso movimento de resistência aos ataques da burguesia.

É necessário que a militância e a vanguarda das lutas operárias, camponesas e populares tirem as lições e se coloquem por construir uma direção revolucionária. A luta pela conquista da independência de classe dos explorados foi realçada diante de mais um 1º de Maio burguês e pequeno-burguês.



1º de maio da Força e da CUT, festivos e submetidos à disputa interburguesa



Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

As esquerdas no 1º de Maio

As posições já estavam definidas. A crise política e o processo de impeachment exigiram que todas as correntes se posicionassem. Três linhas estiveram colocadas antes do 1º de Maio e nele se expressaram: 1) contra o impeachment, apoio ao governo Dilma e defesa da democracia; 2) capitulação disfarçada diante do impeachment e defesa da convocação de eleições gerais; 3) contra o impeachment, nenhum apoio ao governo burguês de Dilma Rousseff e organizar a luta nacional a partir das reivindicações dos explorados.

No primeiro caso, uma parcela das esquerdas se alinhou por detrás da posição do PT, PCdoB e da burocracia sindical cutista. Colocaram-se sob a bandeira de “Não vai ter golpe” e “Fica Dilma”. Os mais notórios foram PCO e uma fração do PSOL. PCO comportou-se como seguidista, em nome da frente única contra o golpe. À ala direita parlamentar do PSOL, não restou outra via senão a que permitia atuar como coadjuvante do PT. Há que se mencionar a corrente interna ao PT “O Trabalho”. Essa corrente trilhou o caminho de adaptação ao reformismo e ao burocratismo sindical que há muito escolheu. Os condicionamentos políticos do governismo e de seu braço burocrático impossibilitaram qualquer manifestação de independência de classe.

No segundo, alinharam-se ao PSTU várias correntes do PSOL, que consideraram o impeachment como não-golpe institucional. Ataram-se no carro das eleições gerais. O MRT – ex LER-QI – caminhou em zig-zag, acabou aderindo ao 1º de Maio da CUT, sob o pretexto de que o governo Temer será pior que o de Dilma. O que configurou um alinhamento final à posição do PT. O rompimento não foi estratégico, uma vez que o MRT colocou-se em defesa da convocação de uma assembleia constituinte. O oportunismo democratizante o jogou finalmente nos braços dos governistas.

A terceira corresponde à linha desenvolvida pelo POR. Em essência, defendeu que para quebrar a espinha dorsal da direita burguesa golpista era necessário por em pé uma frente única baseada numa plataforma de reivindicações, de luta contra as demissões, o desemprego, as perdas salariais, a quebra de direitos sociais e o combate pela terra aos camponeses. *Não se tratava de lutar contra o impeachment para defender o governo burguês de Dilma, mas para desenvolver no seio das massas a estratégia revolucionária do proletariado.* Tratava-se de combater pela independência de classe dos explorados. Somente foi possível defender essa linha realizando campanha própria e intervindo junto ao centrismo com a devida crítica ao “Fora Todos” e “Eleições Gerais”.

Essas três posições corresponderam a dois campos de classe: o burguês e o proletário. Não é surpreendente que as duas primeiras – a do “Fica Dilma” e a do “Fora Todos” – representaram e representam duas variantes no campo burguês. Não há como o PSTU desvincular a consequência prática de sua defesa de convocação de eleições gerais do golpe que tomou a forma institucional definitiva com a aceitação do impeachment por Eduardo Cunha e com a votação favorável na Câmara Federal.

A bandeira de “greve geral” para indicar que as massas varreriam do executivo e do legislativo todos os bandidos burgueses e imporiam eleições gerais não passa de uma máscara

esquerdista para ocultar a caracterização incorreta de que o governo do PT não era vítima de um golpe e ludibriar com a bandeira oportunista de “Fora Todos” e “Eleições Gerais”. Além disso, serve de máscara ao fato de não condenar o golpe e de não lutar contra as forças golpistas no campo da independência de classe. De maneira que o PSTU levou a CSP-Conlutas a colocar na mesma posição e lugar o governo Dilma, o PT, CUT, MST, etc. e os golpistas do PMDB, PSDB, DEM, PSB, etc.

Essa posição fraudulenta impossibilitou que os centristas, de fato, se diferenciasssem da bandeira golpista “Fora Dilma”, uma vez que a bandeira da oposição golpista de “Fora Dilma” não estava em contradição em sua essência com a de “Fora Todos e Eleições Gerais”. *Somos forçados a denunciar que a linha do PSTU, expressa no 1º de Maio, esteve e está firmada no campo burguês dos golpistas. Somos obrigados a rechaçar a bandeira de greve geral como uma farsa esquerdista do oportunismo democratizante.*

A CUT serviu de correia de transmissão da posição institucional e, por isso, impotente do PT. Suas manifestações estiveram condicionadas às decisões do Congresso Nacional. A bandeira de “não vai ter golpe” expressou o conteúdo da disputa interburguesa no seio do Estado. A direita golpista

não seria derrotada nas ruas, nas fábricas e no campo por meio da luta de classes, mas sim nos quadros do Estado Democrático de Direito. Estava claro que de nada adiantava o advogado Geral da União e a plêiade de juristas contrária ao impeachment demonstrarem que não havia crime de responsabilidade que justificasse a interrupção do mandato presidencial. A legalidade fazia muito tempo que tinha sido rompida pela Operação Lava Jato, colocada a serviço da derrubada do governo.

O movimento contra o golpe sob a direção do PT e da CUT esteve desde o início na dependência das coligações com PMDB, PP, PR, PSD, etc. As manifestações exigindo respeito à ordem democrática não poderiam levar as massas a se chocarem com os partidos que se alinharam ao golpe e com o Congresso Nacional, bem como com o Ministério Público e o Supremo Tribunal Federal (STF), que agiram como meios institucionais para a montagem da farsa política do impeachment. Assim que o PMDB decidiu abandonar o governo, Dilma em uma última cartada ofereceu um novo pacto. As forças que estavam pelo “Fica Dilma”, alinhadas em uma frente única governista, acabaram se responsabilizando pelo gesto de desespero do governo moribundo.

Os dirigentes da CUT, a exemplo da CSP-C/PSTU, ameaçaram com a convocação de uma greve geral. Mas os golpistas sabiam que se tratava de radicalismo verbal. Os governistas já estavam vencidos. Não tentariam reverter a derrota com uma greve política. Não apenas porque tinham de se curvar diante da decisão do Congresso Nacional e da conivência do STF, mas também porque era evidente que a classe operária e demais oprimidos não estavam dispostos a defender um governo que servia à burguesia e que atacava conquistas elementares. Somente a esquerda arrivista que se perfilou atrás do “Fica Dilma” poderia alimentar a ilusão de que o presidente da CUT se pronunciava seriamente por uma greve geral. Esse papel



O MRT – ex LER-QI – caminhou em zig-zag, e acabou aderindo ao 1º de Maio da CUT

coube ao PCO. Também, neste caso, a impostura radical dos governistas e de seus seguidores deve ser denunciada.

O 1º de Maio da CUT, festivo e demagógico, transpareceu a mesquinha política burguesa dos derrotados. Os trabalhadores, por mais receio que tivessem quanto ao que fará o governo golpista de Michel Temer, não utilizariam o 1º de Maio para demonstrar a disposição de luta. Foi assim que se passou.

É sintomático que diante da profunda crise econômica e da contundente crise política que desmoronou o governo de Dilma Rousseff a burocracia sindical tenha sido obrigada a usar de toda a hipocrisia para ameaçar com a greve geral. As lutas que vêm se dando por todo o período ficaram isoladas e poucas foram vitoriosas. As centrais nada fizeram para organizá-las em uma campanha nacional contra o fechamento de fábricas, destruição maciça de postos de trabalho, ataque aos salários, quebra de direitos trabalhistas, assassinatos de camponeses, retrocesso na luta pela terra e avanço da miséria.

Os burocratas governistas, de um lado, e os burocratas de esquerda, por outro, nas condições de crise aguda, levantam a bandeira da greve geral para desviar a atenção de suas políticas adaptadas ao capitalismo. Sem dúvida, há uma visível tendência de luta em várias camadas sociais. O que indica a possibilidade

São Paulo

Um 1º de Maio fragmentado ao redor da disputa interburguesa

Mais uma vez, a burocracia sindical dividiu a classe operária. A diretista Força Sindical manteve sua conduta de arregimentar os explorados em torno dos sorteios de carro. Milhares de trabalhadores se postaram no Campo de Bagatelle, segurando os cupons (previamente distribuídos) à espera do sorteio, que era feito a conta-gotas até o término do ato e aplaudindo os cantores que fizeram fama na TV monopolista. Era o ato patrocinado pelos golpistas que derrubaram o governo Dilma Rousseff. Lá estavam também os ratos que pularam do navio, entre eles a ex-petista Marta Suplicy.

O ato da burocracia cutista foi dividido. No ABC, o sindicato metalúrgico reuniu uma parte da classe operária e da juventude oprimida, no Ginásio Poliesportivo, para discursar em favor do governo Dilma e contra a plano econômico “Uma Ponte para o Futuro”, do golpista Michel Temer. Apesar dos discursos radicais contra o golpe, o tom foi o de festa, com músicos que apoiam o PT, como Zeca Pagodinho. Como disse na Tribuna Metalúrgica, um de seus dirigentes: “Convidamos todos os trabalhadores a participar da festa e da luta. Sabemos que após a festa teremos que arregaçar as mangas para garantir os nossos direitos”. O presidente do Sindicato, Rafael Marques, defendeu a democracia e demagogicamente se referiu ao desemprego. Conclamou a juventude a “não aceitar que o golpe seja dado”. Concluiu dizendo: os “trabalhadores e a sociedade não aceitarão retrocessos e vamos resistir a qualquer ataque”.

No Anhangabaú, o ato organizado pelo PT e as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo foi preparado para que Lula e Dilma criticassem o golpe e o programa de Temer de eliminação de direitos trabalhistas. Mas, Lula não compareceu. Dilma, por sua vez, aproveitou a tribuna para fazer demagogia sobre a correção do valor do Bolsa-Família e da tabela do imposto de renda. As palavras de ordem que guiaram o ato: “Não ao golpe”, “Fica Dilma” e “Fora Temer e Cunha”. Concluiu com o show de cantorias.

lidade de se organizar um movimento nacional e projetá-lo no sentido da greve geral. Mas gritar em discurso pela greve geral em defesa do governo de Dilma e da legalidade democrática, ou em defesa das eleições gerais é semear no deserto. As massas - movidas pelas necessidades vitais e por força das tendências históricas de combate ao capitalismo, à burguesia e ao seu Estado - vão procurar o caminho da unidade na luta.

Governistas e oportunistas de esquerda mostraram no 1º de Maio o quanto estão na contramão dessas tendências, o quanto comprometem a independência político-organizativa dos sindicatos e das centrais. A luta para organizar um movimento nacional em torno das necessidades vitais das massas e para constituir a aliança operário-camponesa é a tarefa de primeira ordem colocada pela situação. Esse objetivo não dependia e não depende da disputa interburguesa pelo poder do Estado. No entanto, o movimento golpista e as respostas dos governistas se levantaram como um grande obstáculo em seu caminho. Sem um partido revolucionário poderoso, o proletariado não teve como intervir na crise política com seu programa, estratégia e método próprio de luta. *A vanguarda deve analisar a responsabilidade das esquerdas que se reivindicam do socialismo e romper com a política do reformismo e do centrismo.*

As correntes de esquerda, que tradicionalmente realizam o ato na Praça da Sé, também se dividiram. O PSTU convocou para a Av. Paulista, conforme decisão do Espaço de Unidade e Ação, que estava pela bandeira de “Fora todos, eleições e greve geral”. O PSOL não compareceu unificado. Uma parcela foi ao ato do governo (Anhangabaú); outra, esteve na Paulista e uma terceira na Praça da Sé. O MRT (antiga LER-QI), que até o ano passado esteve no ato das esquerdas, agora se juntou ao ato governista. O PCO seguiu sua linha de apoio ao governo e, novamente, esteve com a burocracia cutista.

O POR criticou o divisionismo do PSTU e aliados. Participou tanto na Praça da Sé quanto na Paulista com a bandeira de organização de um movimento nacional em defesa do emprego, do salário e terra aos camponeses. Divulgou dois manifestos: o seu e o do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

Despolitização e pequena presença da classe operária marcaram o ato do PSTU

Segundo os organizadores, o ato convocado pela CSP-Conlutas e pelos agrupamentos que participam do Espaço Unidade e Ação contou com 4 mil pessoas. A grande maioria era dos movimentos por moradia. Entre uma intervenção e outra, realizaram-se os shows musicais, que alimentavam a dispersão política. Também ajudaram na dispersão os bumbos e as latas, que eram batidas ininterruptamente. O ato foi dirigido pelo PSTU. Atnógoras, um dos militantes que comandou o ato, disse que se tratava de um polo de “resistência contra o PT, contra o PSDB e esse Congresso, aqui é a luta para construir uma greve geral para botar para fora toda essa canalhada”. As bandeiras que unificavam a quase totalidade dos presentes era a do “Fora Todos, Eleições Gerais” e da Greve Geral, por isso os movimentos por moradia, dos aposentados, de mulheres (MML), estudantes da ANEL, a federação

dos trabalhadores rurais de Piauí e sindicatos de servidores e dos metalúrgicos (SJC) as repetiam mecanicamente. Procuravam dizer que não há golpe, com o argumento de que golpe é o que Dilma faz com os trabalhadores, é “governar para os ricos”, etc.

O PSOL, corrente Movimento Esquerda Socialista (MES), por meio de Sâmia Bomfim, iniciou saudando a ocupação dos estudantes secundaristas em São Paulo e Rio de Janeiro. Criticou o que chamou de projeto de conciliação de classes do PT, que virou as costas para o povo e governou apoiado na burguesia. Defendeu a “construção de um projeto de eleições gerais, que se assente nos “instrumentos de empoderamento popular”. Encerrou que a tarefa é a de construir uma alternativa política para o país, apontando o caminho das eleições.

Outro dirigente do PSOL, Babá, lamentou a divisão de seu partido. Criticou a postura de Ivan Valente (deputado do PSOL) que subiu no palanque dos governistas no Anhangabaú, dizendo que “não perdeu o coração pelo PT”. Afirmou que a política do PSOL deveria ser de abstenção e não de votar contra o impeachment. E se apoderou do discurso do PSTU de que não tem golpe e que o golpe foi o que Dilma e PT deram aos trabalhadores.

O agrupamento LSR (Liga Socialista Revolucionária), que também faz parte do PSOL, salientou que há duas tarefas: a) construir a unidade para derrotar os ataques; b) construir uma “alternativa de esquerda socialista”. No primeiro caso, destacou a greve geral, que deve ser organizada pela base; no segundo, as eleições gerais, que devem ser com outras regras. Encerrou defendendo uma “revolução política”, por meio de uma “Assembleia Constituinte”.

A Corrente Luta Socialista (LS), também do PSol, interveio na mesma linha da “alternativa dos trabalhadores”.

Pelo PSTU, falaram seus dirigentes sindicais e pela direção, Zé Maria. Iniciou criticando os atos da Força sindical e da CUT. Disse

que na Paulista estavam a classe operária e todos aqueles que não querem nem Dilma, nem Temer. Assinalou que o impeachment não é a solução, pois “tira o seis e põe meia-dúzia no lugar”. A saída é a do “Fora todos eles”, tomar as ruas e fazer uma greve geral. A solução definitiva, no entanto, virá por meio de um “governo socialista dos trabalhadores, apoiado nos conselhos populares”. Enquanto não temos essa condição, defendemos o “Fora todos e eleições gerais”, o direito de povo eleger e de escolher quem governar”. Mas para garantir as eleições, “precisamos ampliar a frente de luta”. Concluiu conclamando que o MTST e o PSol rompessem com o “Fica Dilma” e se colocassem pelo “Fora todos eles”.

Apesar da divisão, um representante do ato da Praça da Sé, Pedrine (membro da Pastoral) esteve no ato e disse que não havia desacordo entre os dois atos. Mas que um ato único seria melhor. Enfatizou que os golpistas de hoje foram os aliados de ontem do PT. E que o momento não é de dispersar, mas de reunir forças.

O PSTU e as correntes centristas do PSol - todas provenientes do morenismo - se esforçaram por apresentar o ato da Av. Paulista como um divisor de águas. Clamaram pela independência diante da disputa interburguesa que levou ao impeachment de Dilma Rousseff. No entanto, o fato de negarem a existência de um golpe institucional da direita burguesa e de apresentarem a convocação de eleições gerais deram um conteúdo bastardo, pseudo democrático e conservador ao seu 1º de maio. A defesa da greve geral serviu de máscara esquerdista para ocultar que a negação do golpe e a defesa das eleições antecipadas, que pressupõe o fim do governo Dilma, empurrou o 1º de maio da Paulista para o campo da direita na disputa interburguesa. O POR criticou duramente essa posição. Deixou claro que a defesa das eleições gerais é um meio para a burguesia reorganizar suas forças no Estado e restabelecer a governabilidade.



Pronunciamento do POR no 1º de Maio da Avenida Paulista (Espaço Unidade de Ação / CSP-Conlutas)

O POR começou criticando o caráter festivo da manifestação, mostrando que o 1º de Maio é dia de luta e não de festa.

Mostrou que havia uma grande divisão neste 1º de Maio. Isso era consequência da ausência de uma intervenção independente da classe operária na crise, com suas reivindicações próprias, seus métodos de luta e sua estratégia de poder, que não poderia ser outra que não a do governo operário e camponês, assentado nas organizações de massa.

De um lado, a Força Sindical realizava sua festa na Praça Campo de Bagatelle, em Santana, subordinando uma grande parcela da classe operária e demais explorados à direita burguesa do PSDB, DEM, PPS e Solidariedade. De outro, a CUT reunia outra grande parte no Vale do Anhangabaú, para apoiar um governo morto vivo de Dilma/PT. Arrastou atrás de si correntes de esquerda que antes participavam do Espaço Unidade de Ação, como o MRT. Assim, a maioria dos explorados estava submetida à disputa interburguesa ao redor do governo.

Mesmo o ato da Avenida Paulista expressava uma divisão, uma cisão do tradicional ato das esquerdas na Praça da Sé. Isto por conta da bandeira de Fora Todos, Eleições Gerais. O POR mostrou que o governo Dilma/PT e forças do imperialismo estavam,

neste momento, defendendo a realização de novas eleições, para reestruturação das forças burguesas ao redor do Estado, para a formação de um novo governo com legitimidade do voto, para que assim fosse capaz de realizar os profundos ataques às massas, para despejar as consequências da crise econômica sobre os explorados. Isto era uma armadilha em que não se deveria cair.

Defendeu ainda que a resposta de independência de classe era a constituição de uma frente única de luta pelas reivindicações gerais, que com os métodos da luta de classe se impusesse diante da burguesia e de seus governos com independência política.

O POR ainda deu o informe, negado pela CSP-Conlutas, sobre a ocupação da SAS na USP. Mostrou que a ocupação se deu contra a violência sobre a mulher, acobertada pela burocracia universitária. Que foi discutida, aprovada e realizada por uma assembleia de moradores, de mulheres e homens. Que se colocou pelo método da luta de classes. Que assumiu as reivindicações das mães estudantes. Que se organizou com ademocracia operária. E que assim conseguiu, a partir do apoio conquistado nas bases apesar do boicote das direções, alcançar uma conquista parcial das reivindicações.

Concluiu dando um viva à luta das mulheres contra a violência e outro viva ao 1º de maio operário e socialista.

Pronunciamento do POR no 1º de Maio, na Praça da Sé

A intervenção do partido iniciou denunciando que o dia de luta do trabalhador no Brasil estava se dando sob um golpe de Estado contra o governo eleito de Dilma Rousseff. Apon- tou que, durante todo o processo de impeachment, as forças em disputa ocultaram o aspecto central da situação, que são as demissões em massa, atingindo a marca de 11 milhões de pes- soas sem trabalho, e a eliminação de direitos. E o que foi feito a respeito? Nada. Os capitalistas ficaram de mãos livres para demitir. É verdade que existiram greves, mas essas permane- ram isoladas e se quebraram.

A exposição seguiu indicando que a classe operária não interveio com sua própria força, com política própria. Esteve au- sente uma saída de independência de classe. As massas foram arrastadas pelas frações burguesas em disputa, tendo a Força Sindical em aliança com a FIESP apoiando o golpe, de um lado; e de outro, a CUT defendendo o governo moribundo do PT. O orador expôs o ponto de vista do POR, de que só seria possível a luta independente se o proletariado estivesse sob uma dire- ção revolucionária, classista.

Na sequência, o companheiro passou a falar sobre as pers- pectivas do movimento sindical e popular. Fez uma crítica aos que apontavam a bandeira de eleições como resposta política à situação de crise. Situou as eleições como uma saída burguesa, que serviria para recompor o poder da burguesia, legitimando a ação golpista, servindo para dar a estabilidade necessária a um novo governo, que certamente seria de ataque à vida das massas. A consigna de greve geral também foi criticada por estar sendo erguida sem as condições necessárias, de maneira que o correto seria estabelecer as bases para tal, constituindo antes uma frente única sindical nacionalmente ao redor das reivindicações que unificam a maioria, com o método da ação direta. Os oprimidos deveriam estar alertas para a necessidade



de enfrentar desde já o governo golpista, sem ficar esperando o destino do cadáver político que é o governo de Dilma.

Antes de encerrar, o camarada lembrou sobre o agrava- mento da crise econômica mundial, com o recrudescimento do intervencionismo do imperialismo, inclusive suas tendências bélicas. Seria tarefa dos revolucionários levantar a bandeira da frente única anti-imperialista, da autodeterminação dos povos e trabalhar incansavelmente para reconstruir o Partido Mun- dial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Suas últimas considerações foram sobre as bandeiras que cabiam ser destacadas, a saber: organizar a luta contra o go- verno golpista de Temer; defender as reivindicações da clas- se operária, dos camponeses e da juventude oprimida, sob a estratégia do governo operário e camponês, da ditadura do proletariado. Encerrou com a palavra de ordem: “Viva o in- ternacionalismo proletário”, “Por um 1º de maio, socialista e operário”.

Morreu Waldemar Rossi, militante histórico da Pastoral Operária

No 1º de maio, tanto na Praça da Sé quanto na Paulista, foi feita uma homenagem a Waldemar Rossi, que se encontrava extremamente debilitado pela doença. Três dias depois, veio a falecer. Trata-se de um conhecido organizador da oposição metalúrgica de Osasco e de São Paulo. Bateu-se contra o sindicalismo burocrático, pele- go e corrompido. Por várias vezes, encabeçou a chapa da oposição metalúrgica de São Paulo. Sua militância política começou em 1955, quando in- gressou na Juventude Operária Católica (JOC). Como se pode ver, foram longos anos de parti- cipação no movimento sindical e operário. Desta- cou-se como um representante da Pastoral Operá- ria, ocupando uma posição de esquerda católica.

Depois de trabalhar como operário agrícola (boia-fria) e da construção civil (pedreiro), em 1963 tornou-se metalúrgico. Como membro do movimento sindical de esquerda teve de en- frentar a clandestinidade devido ao golpe militar de 1964. Des- tacou-se por participar das forças operárias que se opunham



aos interventores designados pela ditadura militar. Em 1974, teve o mesmo destino que centenas e centenas de militantes e ativistas tiveram, passando pelo calabouço do DOPS e por torturas.

Como militante católico não teve como trans- formar seu instinto de revolta contra a opressão de classe em consciência revolucionária. Não compreendeu o socialismo científico de Marx- Engels e o rejeitou em nome da crítica do que considerava como várias matrizes ideológicas marxistas das esquerdas. Rechaçou, portanto, a tarefa histórica de construir o programa da revo- lução social. Esteve preso à ideia abstrata e utó- pica da sociedade justa e igualitária. Eis por que não poderia compreender que a Igreja é um instrumento de opressão de classe.

Consideramos necessária a homenagem que o 1º de Maio da Sé e da Paulista fizeram a Waldemar Rossi no que diz res- peito a ter se mantido fiel ao sindicalismo classista.

1º de maio em Salvador

Os atos do 1º de maio ocorreram no momento em que os ataques aos direitos dos trabalhadores e do conjunto dos servidores públicos avançam, como a terceirização e a precarização das relações de trabalho.

Mais recentemente, está sendo discutido pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, de autoria do governo federal, que ataca direitos de trabalhadores e, particularmente, os direitos e conquistas dos servidores públicos federais, estaduais e municipais. Entre as medidas constantes: suspensão dos concursos públicos, congelamento de salários, não pagamento de progressões e outras vantagens (como gratificações), destruição da previdência social e revisão dos Regimes Jurídicos dos Servidores.

Em Salvador ocorreram três atos no 1 de maio, dois deles organizados por forças de apoio ao governo Dilma e um pelo Espaço de Unidade de Ação.

O ato da Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo, além da CTB e CUT, foi realizado na Barra e foi marcado pela defesa da democracia em geral, contra o impeachment e em defesa do governo Dilma Rousseff (PT). Apesar do caráter festivo, houve uma adesão muito inferior aos atos anteriores. Na praça do Campo Grande, foi realizado outro ato, com a presença de um trio elétrico e música, de caráter também governista que

teve pouca adesão. Procuraram centrar os discursos na defesa do governo Dilma, sem criticar os profundos ataques aos direitos trabalhistas, escondendo o fato de que o próprio governo do PT é responsável pelo ajuste fiscal em curso.

O Espaço de Unidade de Ação realizou apenas uma plenária, três dias antes da realização do ato do 1º de maio para debater a sua viabilidade. Participaram da plenária PSol, PSTU, PCB e POR. O PSTU em Salvador priorizou o ato de São Paulo e estava organizando a ida de quem quisesse. O POR deixou claro a necessidade de organizar um ato de caráter combativo e de luta em Salvador, com o objetivo de defender os direitos dos trabalhadores contra os ataques em curso. PCB e PSol também concordaram com a realização de um ato.

O ato foi realizado na Praça Municipal, perto da Prefeitura de Salvador e Câmara Municipal. A participação foi reduzida em razão de não ter sido convocada com antecedência as plenárias e de não ter sido feita uma boa divulgação. Entretanto, tratou-se de um ato que reuniu o melhor da vanguarda em Salvador e que, de fato, colocou-se na defesa dos trabalhadores. O POR destacou o caráter internacionalista do 1º de maio e a necessidade de constituir a luta frentista contra o ajuste e ataques dos governos ao conjunto da classe operária e demais explorados.

Paraíba

1º de maio governista não mobiliza trabalhadores para resistir aos ataques da burguesia

A manifestação do 1º de maio foi concentrada em João Pessoa, capital paraibana. Organizada pela Frente Brasil Popular, reuniu nas ruas um setor governista que, por meio de “micareta” e em “Defesa da democracia”, nem lembrou das condições de vida dos milhares de trabalhadores do Estado que têm sofrido com desemprego, informalidade, aumento do custo de vida, bem como dos camponeses sem-terra que têm sido assassinados, e da juventude das periferias que cada vez mais se afunda na violência.

Num Estado onde 51% da população não tem o Ensino Fundamental Completo, empregos formais são raros, e as oligarquias instaladas nas prefeituras usam do pouco desenvolvimento para manter sua dominação. Diante da crise política, até parecem “gente grande”, mas são estes grupos que caracterizam o tipo de democracia no Brasil.

A CSP-Conlutas, no estado, não organizou nenhum ato de rua, como já é de praxe. Em Campina Grande, não houve força, para organizar um primeiro de maio com independência de classe. A ADUFCG organizou um debate no qual participaram um professor da base e uma militante da Corrente Proletária Estudantil. De expectadores, contavam-se nos dedos a base sindical.

Compreendemos que, para além de citar as lutas históricas

dos trabalhadores, é preciso apreender as experiências e analisar quais são os determinantes que têm servido de obstáculo para uma organização ofensiva, contando com dados e prognósticos do peso da crise sobre as massas. A complexidade do capitalismo mundial e as formas de organização do trabalho que fragmentam a classe são justificativas reformistas e servem para reforçar o muro das ilusões num sistema em decomposição.

Não recuamos em apontar a crise de direção e a necessidade de reivindicar um programa de transição, que ligue a luta mais elementar por emprego e salário à expropriação da burguesia decadente. Para registro irônico no livro das burocracias sindicais, o Sindicato dos professores do magistério estadual, dirigido pelo PT, aliado dos governos federal e estadual, está na luta em defesa da democracia, mas coloca milícias para impedir que os associados participem das assembleias. Seria cômico se não fosse trágico.

A crise interburguesa é a melhor oportunidade para as massas se organizarem de forma independente, levantando as bandeiras de defesa das condições de vida. É fundamental que os revolucionários empenhados na reconstrução da IV Internacional trabalhem por penetrar no seio das massas proletárias e camponesas, na luta pela superação da crise de direção revolucionária.

Rio Grande do Norte

Um 1º de maio pequeno e eleitoreiro

Preparação

A direção da Conlutas (PSTU) convocou a reunião plenária do Espaço Unidade de Ação para organizar o ato do 1º de maio. Na verdade, convocou os ativistas de sindicatos e militantes políticos de esquerda a se submeterem ao acordo das cúpulas de realizar o 1º de maio em São Paulo. Isso porque a organização do Espaço Unidade de Ação é hierárquica, a decisão das cúpulas é imposta aos demais estados.

Na plenária, que ocorreu no sindicato dos Bancários, muitos se posicionaram por um ato na cidade. A reunião se encerrou com o coordenador da Conlutas local e membro do PSTU convocando os interessados na ida para São Paulo para receber informações da viagem em um canto reservado. E os demais presentes organizaram o ato na feira livre da zona norte.

Na tentativa de convencer os divergentes para irem a São Paulo em um ato nacional único do 1º de maio, o membro do PSTU pertencente à base do SINAI (Sindicato da Administração Indireta) referiu-se à centralização das lutas dos trabalhadores e a defesa de sua unidade.

O POR explicou para os presentes que a centralização das lutas deve se dar através da convocação da base e sua deliberação coletiva sobre o 1º de maio, por exemplo. A centralização não pode ser imposta. Com uma centralização democrática, com as bases conscientes de que são elas as responsáveis pela decisão dos rumos do movimento, a unidade está garantida. Porque as posições divergentes terão consciência da decisão democrática, coletiva. Poderíamos ainda ter acrescentado que a centralização imposta é fruto de direções burocratizadas.

O Ato

Teve a participação somente da vanguarda, menos de 50 pessoas. Isso não se deveu apenas ao PSTU priorizar a ida a São Paulo. A delegação do RN foi de 5 pessoas. Fracassou porque não houve empenho em constituir um ato de independência de classe e em defesa das reivindicações dos explorados. Pouquíssimas pessoas compareceram. Correntes do PSOL, MRS, PSTU e POR fizeram uso da fala além das centrais sindicais Intersindical e Conlutas.

Pelo PSOL, foi sintomática a intervenção de Robério Paulino, pré-candidato a prefeito da cidade pelo PSOL, quando proclamou a unidade das esquerdas. Robério, na verdade, agora organizado na Nova Práxis, está se referindo apenas ao PSTU. O PSOL protocolou uma carta ao PSTU, clamando pela unidade. Essa carta não é pública, o que demonstra que o PSOL não quer na verdade a unidade das esquerdas, mas o acúmulo de votos. Nesse sentido, dirige seu chamado de unidade das esquerdas para organizações que acredita terem potencial eleitoral.

O PSTU, por sua vez, tem feito seus cálculos eleitorais. Lança a vereadora Amanda Gurgel a prefeitura, projeta seu nome e do Partido, fazendo alguns vereadores do próprio PSTU. Ou lança Amanda novamente sob as hostes do PSOL, já que Paulino está bem cotado, e garante um novo mandato de vereadora. O problema é que a suposta votação grande de Amanda, segundo o PSTU, elegeria novamente mais membros do PSOL como vereadores.

O MRS, em sua intervenção, reproduziu o “Fora Todos” do PSTU e festejou a saída de Dilma/PT. Presentes nos atos da direita burguesa pelo impeachment, a fala do MRS não foi surpresa. Conclamou a formação dos comitês de luta e criticou o PSTU pela defesa de eleições gerais já.

O PSTU defendeu o “Fora Todos e eleições gerais já”. Criticou o impeachment, afirmando que a mudança de governo não iria melhorar a vida dos trabalhadores, mas rejeitou a caracterização de golpe institucional.

O POR denunciou o golpe institucional, defendeu a luta dos trabalhadores contra o governo golpista de Temer e levantou as bandeiras que unificam os explorados, emprego, salário e direitos. Chamou os explorados a construírem o Partido Operário Revolucionário.

O 1º de maio dos governistas

O ato dia 1º de maio em Natal/RN foi organizado pela Frente Brasil Popular (FBP) e compareceram a CUT, MST, Levante da juventude, Marcha Mundial das Mulheres, PT e PCdoB. Contou com cerca de 1000 (mil) pessoas.

Os manifestantes denunciam o golpe contra a democracia e avaliaram que com a saída de Dilma avançaria mais ainda os ataques contra aos trabalhadores, colocando a convenção coletiva acima da legislação trabalhista.

O traidor deputado Fernando Mineiro/PT, que até pouco tempo estava ao lado do governador Robinson/PSD desferindo ataques aos servidores públicos do estado, posou de defensor dos direitos trabalhistas.

O ato não demonstrou nenhuma resistência ao impeachment. Seguiu pacificamente como uma procissão religiosa, esquecendo até das reivindicações dos trabalhadores que seguiam o cortejo.

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 30

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

Por um 1º de Maio Operário e Socialista

*Responder aos ataques dos capitalistas e de seus governos com greves, manifestações, ocupações e bloqueios
Constituir uma frente única de ação em defesa dos empregos, salários, moradia, saúde, educação e terra aos camponeses
Organizar um movimento nacional desde já contra o governo golpista de Michel Temer,
do PMDB, PSDB, DEM e demais partidos aliados*

Um 1º de Maio dividido

Mais uma vez, temos um 1º de Maio fragmentado. A responsabilidade recai sobre as direções sindicais, sejam de direita, sejam de esquerda. Não por acaso, o divisionismo burocrático deu lugar a inúmeras centrais sindicais, quando os explorados necessitam de uma *única central operária, democrática, independente e de luta*.

Diante da política burguesa de descarregar a crise econômica sobre a maioria oprimida - demissões em massa, perdas salariais, quebra de direitos trabalhistas, destruição da previdência, assassinatos de camponeses, avanço da miséria e brutal repressão policial -, as centrais mantiveram o divisionismo e não se dispuseram a constituir uma frente única nacional de defesa da vida das massas.

A política burguesa e pequeno-burguesa penetrou fundo nas organizações operárias e não puderam ser superadas no movimento camponês. Isso explica a enorme divisão e a sua impotência diante dos ataques cerrados da burguesia.

As condições para a luta unitária estão dadas. A necessidade e disposição de combate dos explorados se mostram à luz do dia. Mas estes não encontram os meios para se levantarem com uma só voz, uma só força. Esse é o grande obstáculo que se reflete no 1º de Maio.

A burguesia procura um caminho para despejar ainda mais a crise sobre as massas

A burguesia vem atuando abertamente para resolver a crise política. Seus partidos que remontam à velha estrutura oligárquica acabaram se unindo para derrubar o governo do PT. Desfecharam um golpe institucional.

No momento, o governo burguês de Dilma Rousseff é um cadáver insepulto e o de Michel Temer, um velho carcomido que necessita de todas as muletas para se erguer. No entanto, as direções sindicais continuam amarradas ao morto ou ao caquético. Sem dúvida, a burguesia e o imperialismo saberão enterrar o governo de Dilma e vitalizar momentaneamente o de Temer. Isso se os explorados continuarem submetidos às posições burguesas e pequeno-burguesas de suas direções sindicais e políticas.

Os prenúncios do governo golpista são visíveis: Temer atacará imediatamente os trabalhadores. Não há outra via para a classe patronal se proteger da desintegração do capitalismo a não ser sacrificando a vida das massas. As direções burocráticas e conciliadoras, porém, procuram um novo desvio para o descontentamento da maioria. Levantam a bandeira de eleições.

Uma vez concluída, com o impeachment, uma das etapas da crise política, o problema agora é o de formar um governo burguês que estabilize a situação. Se Temer não servir a esse objetivo, as eleições antecipadas podem ser o meio para reordenar as forças burguesas no Estado. As massas serão chamadas a eleger um governo, depois de o Congresso Nacional ter

passado por cima dos 54 milhões que reelegeram Dilma Rousseff. Passariam assim uma borracha no golpe de Estado.

Defender a independência de classe e a unidade na luta contra os capitalistas e seus governos

O 1º de Maio está profundamente comprometido com essa situação. A Força Sindical e congêneres se apresentarão como um pilar do governo golpista. A CUT, CTB, MST, UNE e demais instrumentos do PT assinalarão o caminho das eleições presidenciais, como alternativa à impossibilidade de ressurreição de Dilma Rousseff. Há ainda os que não viram (ou dizem que não viram) que o golpe já foi dado, se deslocam em direção do apoio ao governo morto, e se propõem a oxigenar seu cadáver.

A CSP-Conlutas, instrumento do PSTU, que negou a existência do golpe, fará seu 1º de Maio sob a bandeira de "Fora Todos, eleições gerais, alternativa dos trabalhadores". Rompeu com o 1º de Maio de luta da Praça da Sé para ir adiante com sua linha político-eleitoral do "Fora Todos". Como se vê, faz parte do enorme divisionismo.

Ao longo da disputa em torno do poder do Estado, os capitalistas demitiram em massa, rebaixaram os salários e os governos impuseram medidas antipopulares. Muitas foram as greves e manifestações, que refletiram uma forte tendência de luta no seio dos explorados. Foram, no entanto, isoladas, mutiladas e derrotadas. Os sindicatos e centrais desviaram as necessidades da maioria oprimida para a disputa interburguesa em torno do impeachment. Perdeu-se um importante momento para se organizar um movimento de resistência aos ataques da burguesia.

O **Partido Operário Revolucionário** chama operários, camponeses e jovens oprimidos a rechaçarem a política de colaboração de classes, de divisionismo e de prostração diante do poder da burguesia. Chama a organizarem um movimento de frente única nacional em defesa dos empregos, salários, moradia, saúde, educação e terra aos camponeses. Chama a libertarem os sindicatos da burocracia sindical. Chama a imporem a sua própria democracia de classe explorada. Chama a levantarem uma plataforma de reivindicações diante do governo golpista de Michel Temer. Chama a se colocarem e lutarem sob a bandeira de um governo revolucionário, um governo próprio da maioria oprimida, um governo operário e camponês.

É preciso reconhecer e levar a sério a constatação de que o grande problema de nossa época se encontra na crise de direção revolucionária. Ou seja, na ausência de poderosos partidos do proletariado e de uma organização mundial capaz de centralizar programaticamente os combates que se desenvolvem em toda a parte.

Acabamos de assistir à fragilidade, inconsistência e incapacidade das esquerdas presas ao reformismo, centrismo, democratismo e particularismo burocrático diante da mais profunda crise política desde o fim da ditadura militar. Não foram capazes de combater o golpismo desde o campo do proletariado

e da independência política. Não se dispuseram a defender o programa de reivindicações dos explorados.

Responder à crise econômica e à barbárie capitalista

Na base da crise política, está a poderosa crise econômica. Trata-se da aguda crise geral de superprodução, de excesso de parasitismo financeiro, de brutal exploração das massas, de alta concentração de riquezas e de saque dos países semicoloniais pelo imperialismo. O Brasil foi e vem sendo arrastado pela desintegração mundial do capitalismo. É também o que observamos no conjunto da América Latina.

O PT e seu governo iludiram os explorados de que se tratava de um momento difícil, mas passageiro. De que com paciência as coisas iriam se ajeitando. Haveria de se fazer algum sacrifício, mas que as “conquistas” sociais seriam preservadas. O resultado tem sido mais de dez milhões de desempregados, a miséria e a fome tomando conta das famílias operárias. É imprescindível acabar com a ilusão de que a crise é resultado natural de um ciclo e de que logo mais os explorados terão de volta seus empregos e salários.

O certo é que enquanto a burguesia não destruir em grande escala parte das forças produtivas não haverá uma retomada econômica, a não ser passageira, para logo em seguida mergulhar na retração. Destroem-se forças produtivas reduzindo drasticamente postos de trabalho, fechando fábricas, quebrando o comércio e destruindo países inteiros por meio de guerras (Iraque e Síria, por exemplo). É o que vem ocorrendo! Não se pode ter qualquer dúvida de que os explorados estão diante do avanço da barbárie e esta ameaça mais e mais a vida de milhões de seres.

O capitalismo já não possibilita que as forças produtivas se desenvolvam livre e amplamente. Não faz muito, o imperialismo e seus porta-vozes nacionais diziam que com a “globalização” se abririam as portas ao infinito. O desemprego reduziria, a miséria acabaria, os países retardatários veriam suas economias florescerem e todos teriam acesso à tecnologia avançada. A poderosa crise aberta em 2008 se encarregou de pôr abaixo a

farsa burguesa da cooperação harmônica. As potências se lançam vorazmente contra os povos e nações oprimidas.

Estamos diante do rearmamento mundial. O imperialismo alimenta as tendências bélicas da economia monopolista e o intervencionismo. O que expressa o potente choque entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção. Essas tendências definem que tipo de governo e de política a burguesia mundial necessita. Não será, portanto, com posições democratizantes, eleitoreiras e pacifistas que as massas poderão combater a marcha da reação.

A independência política depende da construção da direção revolucionária

O golpe institucional contra o governo do PT prenuncia dias difíceis que os explorados têm pela frente. Uma das tarefas mais urgentes é a de superar o predomínio da política reformista e centrista no seio da vanguarda. Para isso, é fundamental a defesa das reivindicações das massas e da estratégia da revolução proletária. Uma não deve estar desvinculada da outra.

A construção dos partidos revolucionários e a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, tendo por fundamento o Programa de Transição da IV Internacional, é a única via de superação da crise de direção que se abate sobre o movimento mundial do proletariado em consequência das revisões e traições do estalinismo.

O 1º de Maio deste ano, no Brasil, está fadado à impotência e aos desvios burgueses e pequeno-burgueses. É um alerta para a classe operária e a sua vanguarda sobre a necessidade de construir seu partido marxista-leninista-trotskista e combater a burguesia com o programa da revolução social.

Viva o 1º de Maio Operário e Socialista!

Viva o internacionalismo proletário!

Organizar o combate da maioria oprimida sob o programa e a estratégia da revolução proletária!

29 de abril de 2016

Manifesto do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Por um 1º de Maio Operário e Socialista

Por uma resposta operária e socialista à crise catastrófica do capitalismo

A única saída para superar a sua decomposição é a revolução social

A crise mundial, que já tem alguns anos, não se encerrou. Pelo contrário, se estende e se agrava. Os países imperialistas não conseguem sair da recessão. A China, que é uma das principais locomotivas da economia mundial, reduz o seu crescimento. Cresce o endividamento insuportável da maioria das nações, que pagam o alto preço do crescente saque de seus recursos, algumas estão à beira da quebra. Os países imperialistas, bem como a China, concorrem desesperadamente por se apoderar dos recursos naturais das semicolônias, para proteger suas economias e para impedir que outros países as controlem, causando todo tipo de dano. As matérias-primas, principal fonte de renda das semicolônias, tiveram seus preços internacionais fortemente depreciados, agravando a situação de suas economias.

A massa de desempregados já está, no mundo, acima de 260 milhões de trabalhadores. Centenas de milhares tentam

migrar para a Europa ou Estados Unidos, arriscando suas vidas, milhares morrem tentando atravessar o Mediterrâneo, milhares são expulsas, milhares são empurradas à marginalidade e a juventude é especialmente afetada pela opressão capitalista. A burguesia avança contra os direitos trabalhistas e as conquistas sociais das massas em todo o mundo para descarregar sobre elas a sua crise e reforçar seus sistemas repressivos para conter a revolta social.

Os planos de resgate econômico das potências são dirigidos a proteger os mais ricos, bancos e empresas mais poderosas. Observamos que se tornam mais ricos e poderosos, valendo-se da crise. Os Estados estão em suas mãos, aplicam as políticas que eles ditam. O processo de desintegração capitalista se acentua.

O imperialismo aumenta sua intervenção militar, principalmente no Oriente Médio - mediante bombardeios, ocupação militar e armamento de frações burguesas aliadas - para esma-

gar qualquer forma de resistência ou levante das massas. Os métodos mais sangrentos são aplicados para submeter povos inteiros. Aqueles que se levantam contra a opressão imperialista são acusados de terroristas, demonizados, para justificar sua perseguição e repressão com qualquer método. Hoje o “eixo do mal” está concentrado no Estado Islâmico, nos jihadistas e em toda manifestação muçulmana radicalizada.

Situações de fome, miséria e desemprego - combinadas com dificuldades para se aposentar, ter a moradia, ter acesso à saúde e à educação – manifestam-se também nos países imperialistas.

A crise de superprodução se agrava, fábricas são fechadas, os excedentes da produção tendem a ir para as semicolônias, destruindo as economias locais. O imperialismo pressiona para que se retirem todas as barreiras protecionistas, ao mesmo tempo em que reforçam as suas.

As forças produtivas da humanidade se desenvolveram tanto que existem as bases materiais para garantir as condições de vida de todos os habitantes da terra. O grande problema é que essas forças produtivas se encontram cada vez mais concentradas em menos mãos capitalistas e limitadas pelas fronteiras nacionais. Objetivamente, ocorre um choque entre essas forças produtivas que necessitam se libertar e as relações de produção. Para libertar as forças produtivas é imprescindível romper com o imperialismo, com os grandes capitalistas, transformar propriedade privada em propriedade social (de todos em geral e de ninguém em particular), por meio da revolução social.

O socialismo somente poderá ser alcançado a nível mundial (a pretensão de realizá-lo em um só país foi uma utopia reacionária). As condições objetivas para o triunfo do socialismo amadureceram há mais de um século. Nossa época é a da transição do capitalismo para o socialismo, das revoluções proletárias. Não há nenhuma possibilidade de reformar o capitalismo. O grande problema da humanidade se concentra na crise de direção política.

As massas se rebelam como podem. Seguem as direções sindicais e políticas que têm. Usam os métodos radicalizados de protestos, que geralmente se esgotam diante dos parlamentos, acreditando ser possível leis que limitem os ataques dos capitalistas, confiando nos governos conciliadores, reformistas, ou então seguindo direções nacionalistas, ou religiosas, que levam a guerras civis ou enfrentamentos que, pelos seus desvios e deformações, impedem os explorados de golpear o coração da grande propriedade. Em todos os casos, está ausente ou aparece extremamente débil a direção revolucionária, que encarna a política revolucionária do proletariado e que dirija todas as ações para a tomada do poder, para a expropriação do grande capital, da oligarquia local e do imperialismo. Como produto da decomposição, fortalecem-se correntes fascistas de todo tipo.

O dano que o estalinismo causou ao movimento operário internacional é descomunal. Perseguiu e exterminou grande parte da vanguarda revolucionária. Liquidou a III Internacional. Estabeleceu as bases para a restauração capitalista, em nome do “socialismo em um só país”, da “revolução por etapas”, da “coexistência pacífica”, etc. É o responsável pelos retrocessos das revoluções, reintroduzindo o capitalismo em decomposição. Colabora com os governos burgueses para reprimir toda manifestação independente da classe operária e dos oprimidos, como acontece na Bolívia.

Existem ainda as políticas socialdemocratas e nacionalistas

que tratam de impedir que a classe operária levante a cabeça com sua própria política.

Por sua vez, as correntes centristas e revisionistas que destruíram a IV Internacional também têm dado a sua contribuição ao bloqueio da tarefa de construção da direção revolucionária internacional, alguns detráis do castro-guevarismo, outras pacifistas e inveteradamente eleitoralistas, todas elas distantes da estratégia revolucionária da classe operária.

As revoluções operárias vitoriosas do século passado demonstraram que a classe operária se encontra em condições de tomar o poder e organizar a sociedade sobre outras bases. Os processos de restauração capitalista mostram o fracasso do estalinismo, de suas concepções nacionalistas, do “socialismo em um só país”. Levaram a Revolução Cubana ao desastre. Seus dirigentes durante muitos anos alimentaram a ilusão nas burguesias nacionais latino-americanas, enveredaram tanto pelo foquismo pequeno-burguês quanto pela via pacífica ao socialismo.

O capitalismo, de crise em crise, mostrou que, em sua agonia, empurra a sociedade à barbárie. Sua sobrevivência ameaça a toda a sociedade com mais guerra, fome, perseguição, miséria, desemprego e corrupção. As teses do marxismo-leninismo-trotskismo se mostraram corretas.

O imperialismo se lançou energeticamente pela recolonização da América Latina. No Brasil, está por trás do golpe institucional contra o governo de Dilma Rousseff (PT). Na Argentina, ganhou um serviçal que é o presidente Mauricio Macri. Apoiou na Venezuela a reação pró-imperialista contra o governo nacionalista de Nicolás Maduro. Objetiva arrastar o continente para o seu Acordo Trans Pacífico (TPP), que abra ainda mais os mercados para sua intervenção direta.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), em sua última Conferência, considerou todas estas questões e fez um chamado à vanguarda proletária para a tarefa de construir partidos revolucionários, marxistas-leninistas-trotskistas, no seio do proletariado, em cada país, como parte da Internacional, apoiados nas conquistas programáticas dos quatro primeiros Congressos da III Internacional e no Programa de Transição da IV Internacional. É necessário partir das reivindicações que mobilizam as massas, para impulsionar a sua organização independente, para projetar suas lutas à tomada do poder pela classe operária, a única classe que pode libertar todos os oprimidos ao mesmo tempo em que liberta a si mesma de todas as correntes que a prendem. Esse é o caminho que permite superar a crise internacional de direção da classe operária.

A independência de classe do proletariado se expressa em seu partido revolucionário, que levanta a estratégia de revolução e ditadura proletárias. Não há outra via a não ser a revolução social para superar a decomposição do capitalismo. A principal tarefa do proletariado é pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, que deve ser reconstruída.

- Pela autodeterminação nacional, rechaçar toda ingerência do imperialismo nas nações;

- Pela expropriação e expulsão do imperialismo, recuperar todos os recursos, não reconhecer e deixar de pagar a dívida pública;

- Pelo salário mínimo vital;

- Pela divisão de todas as horas de trabalho entre todos os trabalhadores sem afetar o salário (escala móvel das horas de trabalho);

O 1º de Maio na Argentina

O 1º de maio de 1886 começou em Chicago com um movimento de reivindicação das oito horas de trabalho. A manifestação foi brutalmente reprimida e terminou com a execução de quatro trabalhadores anarquistas (August Spies, Alberto Parsons, Jorge Engel e Adolfo Fischer), enforcados após um fraudulento processo, em 11 de novembro de 1887. Em 1889, a **Segunda Internacional** decidiu instituir o Primeiro de Maio como uma jornada de luta para perpetuar a memória dos trabalhadores que morreram lutando por uma jornada de oito horas. Na Argentina, a primeira comemoração se deu em 1º de maio de 1890.

Na sede do Prado Espanhol se celebrou pela primeira vez o Dia dos Trabalhadores, o 1º de maio de 1890, que reuniu 2.000 pessoas, uma participação numerosa para a época. No dia seguinte, os participantes se deram conta de que tinham perdido o dia “por faltar ao trabalho”.

No ato, vários oradores assinalaram “as deploráveis condições de trabalho em todas as oficinas” e exigiram a redução da jornada para oito horas. O cronista de *O Nacional* ressaltou que nos discursos se observavam “bem delineadas as diferenças que aqui, como em todas as partes, dividem os operários em dois grupos: anarquistas e socialistas”.

No início do século passado, as jornadas do 1º de Maio eram jornadas de luta, ao redor das reivindicações mais sentidas do movimento operário, de enfrentamento com os governos e com o patronato, que reprimiam duramente.

No 1º de Maio de 1904, a manifestação operária da Federação Operária da Argentina (FOA) é atacada pela polícia que dispara sobre a multidão, deixando um marinheiro morto e uma centena de feridos. Alguns manifestantes responderam com tiros à agressão policial, causando algumas baixas entre os policiais. As greves e protestos recrudesceram, conseguindo importantes avanços importantes na implantação da jornada de 8 horas e no aumento do salário. (Abad de Santillán, Diego)

O ano de 1905 se caracteriza por ser um ano de violenta reação. Como consequência do levante dos radicais de 4 de fevereiro, o governo declarou novamente o estado de sítio, aproveitando esta situação para fechar sedes, proibir a imprensa operária, encarcerar dirigentes sindicais e esmagar as greves, entre elas a dos ferroviários do Sul, metalúrgicos, tapeceiros, serralheiros, alpargateiros, etc. O 1º de Maio não pôde ser comemorado nesse ano pela classe operária por causa do estado de sítio. Sendo suspenso no dia 5 de maio, realizou-se no dia 21 uma manifestação organizada pela Federação Operária Regional Argentina (FORA) e pela União Geral de Trabalhadores (UGT), com a adesão do Partido Socialista. Quando a manifestação se dirigia para a praça Lavalle, a coluna foi provocada e, mediante um sinal premeditado, a polícia a dissolveu violentamente, deixando dois mortos, 20 feridos graves e centenas de machucados (Isarco).

Em 1909, o movimento operário começou novamente a tomar a ofensiva na conquista de suas reivindicações, ao mesmo tempo em que aumentou a repressão policial contra o movimento operário organizado, sob o comando do coronel Falcón.

No 1º de maio de 1909, em Buenos Aires, na manifestação operária organizada pela FORA, na praça Lorea, se reuniram cerca de 30.000 pessoas, que foram atacadas com armas de fogo pela cavalaria, sob as ordens do comissário Ramón Falcón, que estava presente. (Outro ato havia sido convocado pelo Partido Socialista na Praça Colón). A multidão se dispersou deixando oito operários assassinados (outras fontes indicam até 14 mortos) e 105 feridos. A FORA respondeu declarando uma greve geral no dia seguinte, a que se somou também a UGT, envolvendo 300.000 operários no protesto. As centrais sindicais deflagraram a greve geral por tempo indeterminado. A polícia fechou locais sindicais e sede dos

anarquistas, prendeu cerca de mil operários. Durante os dias 2, 3 e 4 de maio continuaram as manifestações, que resultaram em mais feridos. A radicalização do movimento, a energia com que reagiu o movimento operário de conjunto, fez com que no dia 8 de maio o governo tivesse de ceder diante do comitê de greve aceitando as reivindicações, reabrindo os locais operários e libertando os detidos. Estes fatos são conhecidos como a **Semana Roja** [Semana Vermelha], que paralisou os principais centros operários do país. Os funerais dos trabalhadores que tombaram em luta reuniram uma multidão.

“Velhos, homens desarmados, mães com seus filhos nos braços – dizia um manifesto – foram fuzilados pelas costas quando corriam para se salvar. Viva a greve geral! Fora o chefe da polícia, o carrasco Falcón!” A dor operária uniu socialistas e anarquistas, e na segunda-feira, dia 3, o trabalho foi completamente paralisado. Durante o enterro das vítimas em Chacarita se deram novos confrontos com a polícia, se levantaram barricadas e os tiroteios duraram toda a noite. Por oito dias, a vida industrial e comercial de Buenos Aires ficou absolutamente paralisada em uma das atitudes mais enérgicas e duradouras que registra o movimento operário argentino e que se conheceu também como a “greve geral da semana de Maio”.

O Manifesto da FORA, da UGT e das sociais autônomas dizia: “trabalhadores: outra vez a horda de assassinos, instituídos em guardiães da ordem burguesa, cumpriu sua missão: o sangue de nossos irmãos foi derramado de novo... O deliberado propósito criminoso, covarde, de nossos inimigos, de novo se afirma sobre a matança do povo operário, pretendendo afogar com o crime nossos anseios, nossas obras revolucionárias, nosso gesto libertário!”

É o sinal dos tempos burgueses: o assassinato coletivo! A covardia, a traição, a morte, o último estertor sanguinário e miserável, todas as paixões decadentes; isso constitui a expressão típica da alma que palpita nas classes exploradoras. Incapazes de criar a vida, se afirmam sobre o mundo da morte atacando de surpresa, na emboscada traidora, a nova vida que nós gestamos em nosso esforço doloroso e tenaz por conquistar a liberdade.

Já o temos experimentado, Já deve haver penetrado bem fundo no espírito operário: que nossos inimigos eternamente só responderão a cada ato de nosso trabalho emancipador com a tragédia da Comuna de Paris, com as forcas de Chicago, com as infâmias de Montjuich, com a matança dos nossos na grande Pátria Argentina!

Camaradas, por favor, que tenham medo. Se nossa liberdade só pode ser possível através desses sacrifícios, armemo-nos de todas as coragens e persistamos em nossa jornada marchando sobre os cadáveres e o sangue dos nossos!

A violência, a raiva impotente, o golpe assassino de nossos inimigos não pode ser respondido com a resignação e o recuo das massas proletárias! Pelo contrário, que um grito unânime de ira e de vingança açoite a sociedade dos tiranos. Que à sua sanha, o povo operário responda insistindo na luta com todos os impulsos trágicos e valentes, com toda arremetida heroica que as circunstâncias exigem e que merece o prêmio de nossa liberdade.

Adiante, pois, trabalhadores, pela vingança dos que tombaram, por nossa dignidade e por nosso futuro! De novo à luta, trabalhadores, mais decididos e mais pujantes que nunca!

Resolução: 1) decretar a greve geral por tempo indeterminado, a partir de segunda, dia 3, e até que se consiga a liberdade dos companheiros detidos e a abertura dos locais operários; 2) aconselhar muito insistentemente a todos os operários que, a fim de garantir o melhor êxito do movimento, se preocupem em vigiar as oficinas e fábricas respectivas, impedindo de todas as maneiras a entrada no trabalho de um só operário” (A FORA no Movimento Operário).

Quando se aproximou o 1º de maio do ano do Centenário da

Revolução de 1810, os sentimentos patrióticos se exacerbaram e grupos de meninos, bem amparados pela polícia, atacaram, destruíram e incendiaram bibliotecas, locais sindicais e destruíram a redeção e as oficinas de *La Vanguarda* e *La Protesta*.

A partir das experiências desses anos, a burguesia procurou esvaziar da celebração do 1º de Maio todo o conteúdo de luta.

Nos anos seguintes, alternaram a repressão com a sedução. Foi quando apareceu a Liga Patriótica, incutindo nos operários lições de “amor ao país”, premiava os trabalhadores não sindicalizados e custeava obras de beneficência por intermédio das damas da elite. Na realização dos 1º de Maio, estas senhoras distribuíam roupas aos pobres, junto com catecismos “para que fossem bons e não existissem lutas sociais”, tal como o proclamavam os panfletos da época.

Apesar de tudo, a data operária foi se afirmando paulatinamente, até chegar ao 28 de abril de 1930, quando o presidente Hipólito Yrigoyen decidiu instituir o 1º de Maio como “*fiesta do Trabalho em todo o território da Nação*”, porque, segundo os considerandos, “*é universalmente tradicional consagrar esse dia como descanso ao trabalho*”. Já aparece a substituição de *trabajador* por *trabalho* e o claro objetivo de institucionalizar a data para arrancar-lhe seu conteúdo de classe.

No 1º de Maio de 1936, um ato organizado pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT) com a União Cívica Radical (UCR) e o Partido Socialista (PS) – no qual participaram cerca de 100 mil pessoas – o Partido Comunista (PC) conclamará a união de todas as “*forças da democracia*”. Fará o mesmo no 1º de maio de 1943 em um ato convocado com o Partido Socialista.

Depois do golpe militar de 4 de junho de 1943, nos festejos do 1º de maio de 1944, os comunistas se chocaram com a polícia na praça Onze, registrando grande número de feridos.

A partir do 1º de maio de 1947, as características variaram substancialmente, porque foi a primeira celebração sob o governo peronista. O programa de festejos foi nestes anos mais ou menos similar: começava com um discurso do secretário geral da CGT, outro de Evita e culminava com a palavra de Perón. Logo se apresentavam números artísticos em que intervinham figuras populares (Hugo do Carril, Antonio Tormo, Hermanos Abalos) e após um grande desfile de carros se elegia a Rainha do Trabalho. Os atos da esquerda (socialistas e comunistas) deviam ser realizados em dias anteriores e somente eram permitidos fora da área central

da cidade.

Neste sentido, a jornada de luta da classe operária havia se transformado a partir da ação do governo em “Dia do Trabalho e da unidade nacional”, procurando forjar na consciência da classe operária uma ideologia de conciliação de classes. O 1º de Maio havia transformado, para a maioria, em um multitudinário ato governamental em que o próprio Perón se dirigia aos trabalhadores, que, por sua vez, estes agradeciam sua dignidade: “*Seja este 1º de Maio a festa de um governo e de um povo de trabalhadores*, – assinalou Perón em 1948 – *festa de irmãos que se reúnem neste ato em um abraço sincero de argentinos, sem distinção de hierarquias, nem de castas, nem de classes. Todos iguais, com os mesmos direitos e as mesmas obrigações, frente à Pátria e frente à história*”. Assim, contrapunha sua concepção de conciliação de classes à política da classe operária.

Esta situação mudou a partir de 1956. Naquele ano, o Partido Socialista – que havia apoiado o golpe de 1955 – convocou uma mobilização sob o lema “Outra vez o 1º de Maio livre e operário”. O Partido Socialista já era um partido profundamente antioperário, ligado à burguesia “antiperonista”. Américo Ghioldi, funcionário da Ditadura genocida de 1976, foi quem fez o discurso nesse Ato.

A “revolução argentina” inaugurada pelo general Juan Carlos Onganía, em junho de 1966, proibiu a comemoração do 1º de Maio com atos públicos, o mesmo faria a ditadura de 76. No 1º de maio de 1974, o agrupamento Montoneros se retirava da praça ao grito de “*O que acontece, o que acontece, General, que está cheio de gorilas [direita fascista] no governo popular?*” Em seu discurso, Perón os chamou de “*imberbes e estúpidos*”, ao mesmo tempo em que elogiou a burocracia sindical, provocando sua retirada.

Nos últimos anos, o peronismo e a burocracia da CGT não puderam retomar a Praça de Maio, que foi ganha pelos setores mais combativos da classe operária e pelas correntes de esquerda. Um retrocesso marcou, nos últimos anos, a constituição da Frente de Esquerda dos Trabalhadores (FET), com sua política sectária e democratizante, mostrando a luta faccional entre as correntes que a integraram e que contribuíram para a divisão e confusão da vanguarda. É uma expressão da profunda crise de direção do movimento operário, que devemos resolver.

(Extraído do Jornal do POR da Argentina – edição especial Massas de 1º de Maio de 2016)

Greve da educação no Rio de Janeiro

A greve dos profissionais da educação do Estado do Rio de Janeiro começou no dia 02 de março. A decisão foi tomada na assembleia do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE) realizada no dia 20 de fevereiro. A principal bandeira do movimento é a derrubada do “ajuste fiscal” implementado pelo governo do Estado, que se expressa no arrocho salarial; parcelamento do pagamento de salários e benefícios; e por um projeto de lei de reforma da previdência enviado à Alerj pelo governador; etc.

No dia 21 de março, a E. E. Prefeito Mendes de Moraes - na Ilha do Governador, zona norte do Rio - foi ocupada pelos estudantes. O movimento estudantil de ocupações de escolas rapidamente se espalhou pelo Estado e até o fechamento desta matéria já eram mais de 70 escolas ocupadas! Os estudantes reivindicam melhores condições de estudo, em defesa dos grêmios independentes, democráticos e combativos e em defesa da escola pública! Logicamente se colocaram a favor do movimento grevista dos professores! A experiência das ocupações de escolas no ano passado em Goiás e principalmente em São Paulo certamente influenciou a juventude combativa fluminense. Mas há uma diferença: no Estado de São Paulo, no ano passado, os professores saíram em greve por 92 dias no primeiro semestre e somente no segundo semestre os

secundaristas realizaram o movimento multitudinário de ocupações que derrubou o secretário de educação e barrou, ainda que provisoriamente, o projeto do Governo do Estado de fechamento de escolas. No Estado do Rio o fato dos movimentos se unificarem potencia ambos.

O “ajuste fiscal” do Governo do Estado - seguindo a diretriz do Governo Federal (PT), demais Estados e Municípios - é a forma que o capitalismo tem de superar a crise de superprodução: descarregar o peso dela nas massas, o que inclui a destruição dos serviços públicos como saúde e educação, com consequente destruição de direitos dos servidores. Nem a escola pública sucateada os governos são capazes de manter! Somente com o método da ação direta (assembleias, ocupações, atos de rua, etc.) o movimento dos profissionais da educação e dos estudantes conquistarão as suas reivindicações! A direção do SEPE (PSol/PSTU) e os grevistas devem assimilar as lições das greves anteriores: judicializar o conflito é enfraquecer o movimento e fortalecer o Estado burguês. A direção do SEPE deve também abandonar as assembleias fechadas e chamar uma assembleia unificada de trabalhadores da educação, pais e estudantes. Um só movimento para quebrar a intransigência do Governo do Estado.

USP: vitória parcial da ocupação da SAS contra a violência à mulher

Após três semanas de ocupação, a reitoria da USP pediu a reintegração de posse do prédio da Superintendência de Assistência Social (SAS). O juiz a negou e marcou uma negociação para desocupação no dia 29/04. O resultado foi a concessão de uma comissão independente de mulheres, com maioria estudantil e composta ainda por professoras e funcionárias, para investigar todos os casos de violência sobre a mulher ocorridos na USP, obrigando a burocracia universitária a entregar todos os documentos a respeito. Também foi determinada a não punição dos ocupantes. E dois termos formais, um de obrigação de um levantamento da situação das creches quanto às vagas para mães estudantes e outro de um pedido formal da SAS para a reitoria de devolução dos blocos K e L para moradia estudantil. E dez dias de prazo para a desocupação.

A ocupação organizou ainda sua participação nas atividades da paralisação dos três setores no dia 5 de maio, defendendo a unidade na luta pelas reivindicações concretas, que é o meio para construir um movimento de fato unitário, sem subordinar um setor ao outro.

Uma ocupação de mulheres e homens contra a burocracia autoritária

A ocupação da SAS da USP por moradoras e moradores do Crusp (Conjunto Residencial da USP) foi discutida e deliberada em uma assembleia da moradia. Foi a resposta a uma série de agressões a mulheres (mas que afeta também homossexuais, negros e índios) que vêm ocorrendo ali e que permanecem impunes, ficando assim na prática acobertados pela burocracia universitária que governa a universidade. Essa casta privatista e autoritária procura com essa atitude tornar o Crusp em terreno cada vez mais inóspito às estudantes, mães, de camadas mais pobres da população. Expressa no governo da USP a mesma atitude dos governantes do Estado de proteção dos que exercem a violência social sobre a mulher e demais oprimidos.

Luta classista, não catequese culturalista

A ocupação da SAS é a resposta classista contra a burocracia universitária opressora. Ela brotou da experiência própria dos estudantes com a prática dos dirigentes da universidade. Os casos de estupro e várias outras violências sobre a mulher que ficaram impunes ou semi impunes tornaram necessário responder com uma medida de força que só pode vir do uso dos métodos próprios da luta de classes. Moradoras e moradores tomaram em suas mãos a necessidade de colocar para fora da moradia os agressores, de formar uma comissão autônoma para investigar os casos de agressão e assumiu as reivindicações de proteção da estudante, seja ela mãe ou não, de vagas suficientes para todos, reabertura das vagas nas creches, devolução dos prédios de moradia usurpados desde a ditadura militar (K e L) e não punição dos lutadores. Assim, a luta contra as agressões se revelou como parte da luta contra o conjunto de



ataques do reitor/governo à universidade pública e gratuita.

É por isso que a proposta da Corrente Proletária de convocar uma assembleia geral de estudantes da USP ganhou força na ocupação e se realizou duas vezes, apesar das direções do DCE e CAs não se empenharem em sua convocação. Defendemos que a luta pela moradia e permanência em geral seja assumida pelo conjunto do movimento estudantil, como parte da defesa do direito ao ensino público e gratuito.

Apoio e isolamento da ocupação

O apoio às reivindicações e à ocupação foi imediato entre estudantes, funcionários e parte dos professores. Esse apoio, no entanto, se mostrou passivo, não se traduziu num movimento em defesa da ocupação. A razão é o isolamento imposto pela totalidade das correntes de esquerda e direções que têm como política para a mulher a resposta culturalista, assentada nas pseudoteorias de gênero e machismo alheias à opressão de classe, e que dão como resposta à violência sobre a mulher a educação e coerção. A ocupação é na prática a derrota política dessas correntes em suas respostas idealistas à violência sobre a mulher.

É o apoio das bases que levou o juiz a fazer pequenas concessões ao movimento e obrigou a reitoria a responder à ocupação e mediar sua resposta violenta sobre ela. Caso a ocupação fosse descolada desse apoio, bastaria realizar a desocupação e não haveria maiores consequências. Mas a experiência da desocupação violenta realizada na reitoria em 2011 mostrou que uma atitude dessas pode se tornar um incentivo à resposta geral contra a burocracia e o governo. A reitoria buscou então construir condições políticas para realizá-la, mas fracassou em todas as suas iniciativas.

O reitor tomou medidas para jogar estudantes contra estudantes: fechou os restaurantes e a entrega de carteirinhas de passes escolares alegando que a ocupação afetava esses serviços. Enviou por e-mail institucional cartas aos estudantes atacando a ocupação como um movimento violento e de radicais. Entrou na justiça para pedir a reintegração de posse que

servisse de base legal para a desocupação. Mas essas medidas não foram suficientes para desgastar o apoio conseguido pela ocupação entre estudantes e trabalhadores. O fato de o tribunal negar o pedido de reintegração de posse e impor uma negociação à reitoria mostra que o governo e a justiça sabem que existe apoio à ocupação e que a desocupação precisa da criação de condições políticas que ainda não estão dadas.

O maior problema enfrentado pela ocupação, que precisa que o movimento geral assuma suas bandeiras, é a falta de ação das direções nesse sentido. A direção majoritária da Associação de Moradores (Amorcrusp) se nega a cumprir a decisão da assembleia e não põe os pés na ocupação. Somente a fração minoritária, da Corrente Proletária/POR é que tem atuado para impulsionar esse movimento. A direção do DCE (PSol/MES) se restringe a divulgar mensagens por meios eletrônicos. Os CAS não organizam o apoio nos cursos. As correntes não organizam a militância para estar dentro da ocupação. A descrição desse quadro mostra uma unidade política de isolamento do movimento.

Esta é a razão para que na assembleia geral de estudantes se formasse a mesma unidade contra a proposta da Corrente Proletária de adiamento das eleições do DCE, que pretendia construir uma ampla unidade ao redor do movimento e não dispersar as energias da vanguarda na disputa eleitoral da entidade por dez chapas. Ao invés disso, as centenas de militantes ficaram nas unidades pedindo votos e proclamando seus programas que contêm a defesa da mulher e na prática boicotam o movimento concreto que realiza essa defesa.

As tarefas do movimento

Ainda é necessário lutar contra o isolamento político e superestrutural da ocupação e por sua assimilação pelas direções e organizações do movimento estudantil. Se a ocupação conseguiu avanços na organização e elevação política e projeção da luta contra a violência à mulher, é preciso tornar esses avanços em conquista do conjunto do movimento, e derrotar a burocracia universitária em sua política de acobertamento da violência. É por isso que trabalha a Corrente Proletária.

A ocupação da SAS representa um salto na luta contra a violência sobre a mulher. Um salto que expressa a experiência concreta das estudantes com relação à conduta da burguesia, do Estado e de seus tentáculos sobre a universidade, que agem para acobertar a violência sobre a mulher.

Ao invés da assembleia de moradores se colocar pelas campanhas de educação e coerção, pelos escrachos, etc., discutiu e aprovou um método próprio da luta de classes. Ao invés de realizar um movimento só de mulheres, "auto organizado", sob a pseudo teoria do determinismo cultural de que os homens são todos potenciais opressores, organizou a partir da decisão de uma assembleia a luta conjunta de mulheres e homens para defender as reivindicações da mulher, contra a burocracia autoritária. Ao invés de limitar o movimento a reivindicações de agressões sofridas por mulheres, abraçou a causa das estudantes mães, que sofrem com o fechamento de vagas nas creches e com a existência de apenas 12 apartamentos adaptados à maternidade. Ao invés de colocar as decisões nas mãos apenas de



Assembleia de moradores do Crusp que discutiu, deliberou e realizou a ocupação da SAS

grupos de mulheres, a plenária da ocupação se tornou soberana, aplicando na prática a democracia operária, de classe, e não de gênero. Isso tudo não nega que as mulheres devam se organizar e se mobilizar, construir suas organizações próprias, etc. Mas mostra que é preciso fazê-lo com a política da classe operária, com seus métodos, e se voltar à unidade classista na defesa das reivindicações.

Esta experiência deve ser divulgada, discutida e assimilada criticamente não apenas no interior da USP, mas levada para fora, aos demais movimentos de mulheres, que hoje se encontram em sua maioria ganhados pelas teorias da burguesia de que a opressão da mulher não seria de classe e poderia ser resolvida ou atenuada no interior do capitalismo, a partir de reformas, de educação e coerção.

Contra essas teorias, é preciso retomar a ciência do proletariado, que mostra que a opressão da mulher é uma manifestação da opressão de classe. Que a mulher é oprimida por conta de sua subordinação na família enquanto célula econômica do capitalismo, da existência da propriedade privada dos meios de produção, e da divisão do trabalho imposta pelas relações capitalistas de produção. Que a cultura, parte da ideologia dominante da sociedade, não pode criar relações sociais, mas apenas reforçá-las, encobri-las, deformá-las ou negá-las. Que a emancipação da mulher está ligada à revolução proletária, que será feita por mulheres e homens, e por fim à propriedade privada dos meios de produção e às religiões, e à subordinação da mulher no lar, imporá o trabalho social doméstico e estabelecerá as bases para acabar de vez com toda forma de opressão, incluída a da mulher. Isso ocorrerá no comunismo superior, onde não haverá classes e tudo será de todos e de ninguém, e todo trabalho será dividido e assumido por todos.

O socialismo científico mostra que cada uma e toda reivindicação particular da mulher deve ser defendida hoje com os métodos da luta de classes. Que cada conquista obtida na luta é circunstancial, deve ser defendida com esses mesmos métodos, porque o capitalismo em decomposição só tende a destruir direitos. E deve se ligar à luta pelo socialismo, onde essas reivindicações serão atendidas plenamente.

O que Fazer? – Lênin e a luta contra as opressões

O seu livro “O que Fazer?”, no ponto “A Agitação Política e o Seu Estreitamento pelos ‘Economicistas’”, Lênin combate a tese daqueles que viam na luta estritamente econômica nas fábricas o campo de defesa da classe explorada contra seus exploradores. Mostra que essa luta deve servir de ponto de partida para a luta geral, de classe, dos explorados contra o Estado dos exploradores, contra a burguesia como classe, não apenas de operários contra seus patrões por algumas melhorias em seus locais de trabalho. Nota-se também que Lênin defendia o desenvolvimento da consciência política dos explorados a partir de sua ação coletiva contra o Estado enquanto força política organizada da burguesia. Afirma Lênin:

“Essas denúncias (na condição de serem convenientemente utilizadas pela organização dos revolucionários) podiam servir de ponto de partida e de elemento constitutivo da ação social-democrata; mas também podiam (e até deviam, quando se inclinava diante da espontaneidade) conduzir à luta “exclusivamente profissional” e a um movimento operário, não social-democrata. A social-democracia dirige a luta da classe operária, não apenas para obter condições vantajosas na venda da força de trabalho, mas, também, pela abolição da ordem social, que obriga os não possuidores a se venderem aos ricos. A social-democracia representa a classe operária em suas relações não apenas com um determinado grupo de empregadores, mas com todas as classes da sociedade contemporânea, com o Estado como força política organizada. Consequentemente, portanto, os sociais-democratas não podem limitar-se à luta econômica, mas, também não podem admitir que a organização das denúncias econômicas constitua sua atividade mais definida. Devemos empreender ativamente a educação política da classe operária, trabalhar para desenvolver sua consciência política.”



Observamos a seguir que Lênin faz a defesa de que para combater enquanto classe a autocracia, seu Estado, é necessário também responder a todas as manifestações da opressão de classe, e exemplifica algumas delas. O notável é que esta passagem é frequentemente usada por organizações e teóricas feministas pequeno burguesas para defender teses opostas às defendidas por Lênin neste texto. No caso concreto, defendem que as opressões são fenômenos paralelos ou acima da luta de classes, e de origem cultural, portanto idealistas. O que se verifica no texto de Lênin é o oposto: ele situa todas as chamadas opressões (algumas delas nem estão na moda hoje) enquanto manifestações da opressão de classe:

“A questão que se coloca é: em que, portanto, deve consistir a educação política? Podemos nos limitar a difundir a ideia de que a classe operária é hostil à autocracia? Naturalmente, não. Não é suficiente esclarecer os operários sobre sua opressão política (como não o seria esclarecê-los sobre a oposição de seus interesses em relação aos de seus patrões). É necessário fazer a agitação a propósito de cada manifestação concreta desta opressão (como fizemos em relação às manifestações concretas da opressão econômica). Ora, como esta opressão se exerce sobre as mais diversas classes da sociedade, manifesta-se nos mais diversos aspectos

da vida e da atividade profissional, civil, privada, familiar, religiosa, científica etc. etc., não se torna evidente que não realizaremos nossa tarefa que é desenvolver a consciência política dos operários, se não nos encarregarmos de organizar uma ampla campanha política de denúncia da autocracia? De fato, para fazer a agitação sobre as manifestações concretas da opressão, é preciso denunciar essas manifestações (da mesma forma que para conduzir a agitação econômica, era preciso denunciar os abusos cometidos nas fábricas).” (grifos nossos).

Lênin nos mostra que os explorados sofrem com as mais diversas manifestações da opressão de classe. Sabemos que essas manifestações (ele fala em milhares de outras mais) podem e devem servir de meio de agitação e organização da luta revolucionária pelo poder. E que essas manifestações podem se agigantar no dia-a-dia dos explorados, de forma a adquirirem, em determinadas situações, papel proeminente (a opressão nacional é um exemplo bem vivo disso):

“Será verdade que a luta econômica é, em geral, “o meio mais amplamente aplicável” para levar as massas à luta política? Isto é absolutamente falso. Todas as manifestações, quaisquer que sejam elas, da opressão policial e do arbitrarismo absolutista, e não apenas as ligadas à luta econômica, constituem um meio não menos “amplamente aplicável” para tal “integração”. Por que os zemskie natchalniki e os castigos corporais infligidos aos camponeses, a corrupção dos funcionários e a maneira como a polícia trata a “plebe” das cidades, a luta contra os famintos, a campanha repelindo a aspiração do povo à instrução e à ciência, a extorsão dos impostos, a perseguição às seitas, o adestramento dos soldados e o regime de caserna imposto aos estudantes e aos intelectuais liberais - por que todas essas manifestações de opressão, e milhares de outras mais, não diretamente ligadas à luta “econômica”, constituem em geral os meios e as ocasiões menos “amplamente aplicáveis” de agitação política, de integração da massa à luta política? Muito pelo contrário; na soma total dos casos quotidianos em que o operário sofre (ele próprio, ou os ligados a ele) a servidão, a arbitrariedade e a violência, os casos de opressão policial que se aplicam precisamente à luta profissional não constituem, certamente, senão uma pequena minoria”. (grifos nossos).

Lênin mostra que a luta contra as manifestações da opressão de classe permite elevar o combate imediato ao nível político, de classe contra classe. E que se deve defender junto aos sindicatos e demais organizações das massas que façam a defesa das reivindicações que correspondem às opressões enquanto manifestações da opressão de classe, ligando-as à luta geral.

“os sindicatos operários da Inglaterra compreenderam e realizam a tarefa de “conferir à própria luta econômica um caráter político”: que há muito e muito tempo lutam pela liberdade das greves, pela supressão dos obstáculos jurídicos, de todo gênero e de toda ordem, ao movimento cooperativista e sindical, pela promulgação de leis para a proteção da mulher e da criança, pela melhoria das condições do trabalho através de uma legislação sanitária, industrial etc.”

Lênin, um feroz crítico do reformismo, jamais negou a importância da luta por reformas como meio de avançar em direção à revolução social. O reformismo é a defesa das reformas em si mesmas, como possibilidade de melhorar ou atenuar o capitalismo, seja por meio de um governo eleito ou por meio de medidas institucionais (parlamentares etc.) e repressivas a partir do Estado. O mesmo capitalismo que está na sua fase imperialista de decomposição e assim não tem como realizar concessões permanentes aos explorados. A luta revolucionária por reivindicações e bandeiras imediatas serve para mostrar aos explorados, a partir de sua própria experiência, que o capitalismo não é capaz sequer de atender a elas, que é necessário sepultá-lo e erguer em seu lugar o socialismo pela via da revolução proletária, pela insurreição das massas. A defesa das reformas em si mesmas conduz o movimento a se submeter ao capitalismo e o partido a se afundar na lama do oportunismo.

A social-democracia revolucionária sempre compreendeu e compreende em sua atividade a luta pelas reformas.

Usa, porém, a agitação “econômica” não somente para exigir do governo medidas de toda espécie, mas, também (e sobretudo), para dele exigir que deixe de ser um governo autocrático. Além disso, acredita dever apresentar ao governo essa reivindicação não somente no terreno da luta econômica, mas também no terreno de todas as manifestações, quaisquer que sejam, da vida política e social. Em uma palavra, subordina a luta pelas reformas, como a parte ao todo, à luta revolucionária pela liberdade e o socialismo. Martinov ressuscita sob uma forma diferente a teoria dos estágios e tenta prescrever à luta política que torne resolutamente um caminho por assim dizer econômico. Preconizando, a partir o impulso revolucionário, a luta pelas reformas como uma “tarefa” pretensamente especial, arrasta o partido para trás, e faz o jogo do oportunismo “economicista” e liberal.

No ponto “As Revelações Políticas” e “A Educação para a Atividade Revolucionária”, Lênin mostra que as manifestações da opressão de classe afetam as demais classes. Isso não quer dizer que não sejam manifestações da opressão de classe, como afirmam os movimentos feministas burgueses e pequeno burgueses, expressando sua assimilação das pseudo teorias culturalistas (idealistas). A questão é: com que política devemos colocar-nos frente a elas? As feministas dirão que a classe divide e o gênero une. Assim, seria preciso responder a essas manifestações com uma política de gênero, que se baseia numa resposta cultural educativa e coercitiva por meio de leis e ação repressiva estatal.

Ao contrário, Lênin defende que a resposta deve ser dada por meio de uma política de classe, proletária, materialista histórica, frente a todas essas manifestações, inclusive as que afetam as demais classes que não o proletariado.

“A consciência da classe operária não pode ser uma consciência política verdadeira, se os operários não estiverem habituados a reagir contra todo abuso, toda manifestação de arbitrariedade, de opressão e de violência, quaisquer que sejam as classes atingidas; a reagir justamente do ponto de vista social-democrata, e não de qualquer outro ponto de vista. A consciência das

massas operárias não pode ser uma consciência de classe verdadeira, se os operários não aprenderem a aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade, para observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações de sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar praticamente a análise e o critério materialista a todas as formas da atividade e da vida de todas as classes, categorias e grupos de população”. (grifos nossos).

Lênin combatia ferozmente os que apregoavam que as lutas contra as manifestações da opressão de classe poderiam e deveriam se pautar por levar a resultados tangíveis, a reformas. Por isso defendia que as reivindicações fossem levantadas de acordo com as reais necessidades dos oprimidos, defendidas com a luta de classes, e somente a medida da força do movimento seria capaz de fornecer o alcance de conquistas circunstanciais sob o capitalismo. Hoje, isto é uma resposta àqueles que criticam os revolucionários dizendo que enquanto a revolução não chega é preciso alcançar alguma atenuação da opressão.

“Mas o operário social-democrata, o operário revolucionário (o número desses operários aumenta dia a dia) repudiará com indignação todos esses raciocínios sobre a luta pelas reivindicações ‘que prometem resultados tangíveis’ etc., pois compreenderá que não são mais do que variações sobre o velho tema do aumento de um copeque por rublo.”

Lênin se opunha a concessões às deformações do marxismo, conscientes ou não, que as correntes fizessem em relação às chamadas opressões. Há hoje muitas correntes que se dizem até trostkistas que assimilaram o culturalismo, a pseudo teoria do gênero e do machismo, como respostas à opressão sobre a mulher. Procuram fundir as teses marxistas com as idealistas. Afirmam que as opressões de gênero e de classe são paralelas e devem ser trabalhadas conjuntamente. Está aí o típico oportunismo, que sobre uma base reformista procura construir um palavreado esquerdista radical. Ao invés de combater as teses idealistas, que levam à preservação e aprofundamento da opressão sobre a mulher, mascaram essas teses com um verniz de cores vermelhas.

Lênin defendia que todos os problemas, todas as manifestações da opressão de classe, fossem sempre respondidos com a luta de classes. Somente assim se dariam passos no sentido da revolução proletária e efetiva emancipação da mulher.

“Ora, justamente no fato de que a organização dessas revelações constituirá nossa obra, de socialdemocratas; de que todos os problemas levantados pelo trabalho de agitação serão esclarecidos dentro de um espírito social-democrata constante e sem a menor tolerância para com as deformações, voluntárias ou não, do marxismo, de que essa ampla agitação política será conduzida por um partido unido em um todo coerente a ofensiva contra o governo, em nome de todo o povo, da educação revolucionária do proletariado, salvaguardando, ao mesmo tempo, sua independência política, a direção da luta econômica da classe operária, a utilização de seus conflitos espontâneos com seus exploradores, conflitos que levantam e conduzem sem cessar, para o nosso campo, novas camadas do Proletariado !”

Policiais arrancam os estudantes que ocupavam o Centro Paula Souza

Depois da tentativa do dia 2 de maio de reintegração de posse do Centro Paula Souza, os policiais, a mando de Alckmin, no dia 6, invadiram e jogaram para fora da escola os estudantes que reagiram ao despejo. Esse é o tratamento que o governador do PSDB sempre deu aos estudantes e professores que lutam pela educação gratuita e por melhores condições de estudo e trabalho.

O Centro Paula Souza (CPS) estava ocupado desde 28 de abril. Os estudantes exigiam melhores condições de ensino e refeição. As ETECs e Etesp funcionam em período integral e os estudantes estavam passando o dia todo comendo bolachas e barrinhas de cereal, porque não há merenda (refeição). Desde o início do ano, faziam reclamações e reivindicavam das direções das unidades uma providência. Como não foram atendidos, tomaram a decisão de ocupar. No dia da ocupação, tiveram já de enfrentar os policiais para fazer valer a decisão coletiva de ocupar o local.

A reivindicação imediata é a de que enquanto não forem construídos os restaurantes estudantis em todas as escolas técnicas estaduais, o Centro Paula Souza deve garantir o vale-refeição para todos os estudantes.

Como o governo não concordou com a exigência, a ocupação foi mantida e ganhou força com mais 12 ocupações, como a de Pirituba, Jardim Paulistano, Basilides de Godoy. Mas o movimento não teve força suficiente para barrar a ação militar de desocupação. Apesar da disposição da vanguarda que tomou a frente da luta, a massa estudantil ficou à margem. Esse é um problema que deve ser superado. As ocupações devem ser uma resposta coletiva e expressar a vontade de luta da maioria. Isso exige a organização de grêmios livres, a constituição de uma direção consciente e um trabalho sistemático no seio das massas estudantis.

A ocupação do CPS teve, no entanto, o mérito de denunciar a política do governo Alckmin de fazer o menos possível para melhorar as condições de trabalho e ensino. A prepotência do governador se mostrou não apenas no fato de lançar a polícia contra os estudantes como também na falta de uma resposta às reivindicações. O anúncio da criação de uma “comissão inter-setorial de governança da alimentação escolar” não passa de um subterfúgio. Ao não apresentar nenhuma solução, coloca a continuidade do movimento, que deve avançar no trabalho de defesa das reivindicações e da politização dos estudantes que ficaram passivos diante das ocupações. A luta da juventude das escolas públicas, no final do ano passado, e agora das ETECs, mostra a necessidade de constituir uma base organizativa para impulsionar o movimento secundarista de massa.

Ocupação da Assembleia Legislativa: um desvio da luta

Em seguida à ação policial no Centro Paula Souza, os estudantes que ocupavam a Assembleia Legislativa decidiram suspender o movimento mediante a ameaça de reintegração. Distintamente do CPS em que os ocupantes resistiram o quanto puderam e saíram em marcha pelo centro de São Paulo denunciando o governador, os ocupantes da Assembleia Legislativa



se portaram como bons pacifistas que no lugar da luta portam flores e dançam ao som da batucada. Trata-se de um exemplo da política do PT, PCdoB e outros reformistas, que controlam a UPS, UBES e UNE. Exemplo que deve ser rechaçado por aqueles que combatem de fato pelas reivindicações da juventude.

Na realidade, não houve uma verdadeira ocupação da Assembleia Legislativa. Os seguidores da UJS/UBES/UNE aproveitaram uma seção de audiência pública convocada para o auditório da Assembleia Legislativa para permanecerem no local. Exigiam uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o roubo da merenda escolar. Esse acontecimento é o resultado da tentativa anterior de se canalizar o movimento da juventude para a política parlamentar e eleitoral, típica dos reformistas e estalinistas.

O presidente da Assembleia Legislativa, Fernando Capez, um dos envolvidos no escândalo da merenda, procurou temporizar com as lideranças. Finalmente, pediu a reintegração de posse, que deveria ser feita pacificamente. Esperou o momento propício para que sua ameaça levasse os estudantes a saírem sem nenhuma resistência. Não era difícil de prever que esse tipo de protesto terminasse assim. Os deputados do PT, PCdoB e PSOL alimentaram a ocupação para angariar assinaturas para a CPI, dizem que possuem 23 mas é preciso 32. A maioria dos parlamentares é carne e unha de Alckmin e, por isso, não quer uma comissão para os opositores denunciarem as fraudes do PSDB.

A corrupção em torno da merenda atingiu altos funcionários da Secretaria da Educação, a Coaf, parlamentares e o próprio Capez. O escândalo veio à tona no final do ano passado e nada foi apurado. Não será por meio de uma CPI, como a experiência já demonstrou fartamente, que se apurarão os crimes da burguesia e de seus partidos.

A juventude tem um papel a cumprir no combate à corrupção quando esta atinge as necessidades dos explorados, como é o caso do desvio de recursos da merenda. Mas não deve servir de massa de manobra dos eleitores que canalizam o descontentamento da juventude para as quatro paredes da Assembleia Legislativa. Trata-se de defender a constituição de organismos de massa para impor as reivindicações e responder à corrupta política burguesa. A bandeira de constituição e um Tribunal Popular deve ser defendida e compreendida pelo movimento da juventude.

Nesta edição:

- Responder a crise do poder burguês com a estratégia do governo operário e camponês
- Assimilar os fundamentos do “Que Fazer?” de Lênin

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Venezuela:

Responder a crise do poder burguês com a estratégia do governo operário e camponês

A Venezuela atravessa uma crise do regime político burguês de conjunto. As medidas políticas e econômicas do governo não contam com o Congresso Nacional para legitimar suas ações, e o chavismo tem então de recorrer às portarias e aos decretos. A oposição reacionária, por sua vez, não tem conseguido impor suas leis e medidas ao Executivo. Piora esse cenário uma vez que o chavismo abandonou o Parlamento e optou por se refugiar nas medidas de exceção. Mas, fundamentalmente, no Judiciário, onde seu controle lhe permite barrar as leis e emendas aprovadas pelo Congresso. Entretanto, as Forças Armadas permanecem à espera do desfecho da situação. Certamente, as graves consequências da crise econômica, que recaem inteiramente sobre as massas, favorecem a oposição reacionária.

O Parlamento constitui uma espécie de “plataforma democrática” da oposição para realizar seus planos golpistas contra o governo de Maduro. A direita age acobertada pelos votos conquistados nas eleições de dezembro de 2015, o que lhe permite avançar em seus planos sob a máscara da “legitimidade”. Nota-se que também é amplamente favorecida pela própria submissão do chavismo às instituições e aos ritos da democracia burguesa.

O fundamental está em que a mudança nas relações entre as forças burguesas pró-imperialistas e os governos reformistas e nacionalistas no continente impulsionam e encorajam a oposição a avançar o golpismo. Trata-se também na Venezuela, como foi antes no Brasil e no Paraguai, de as forças direitistas trabalharem pela remoção do chavismo sem que seja pela ruptura constitucional. Não se sabe, porém, se será possível reproduzir esse caminho sem recorrer ao golpe militar.

O acima descrito explica porque apenas uns dias depois do chavismo se retirar do Parlamento votou-se um referendun revogatório do mandato presidencial. Consciente de que somente a aprovação da lei não bastaria para obrigar o governo cumprir a decisão do Parlamento, a oposição convocou as mobilizações objetivando pressionar o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) a aceitar a convocatória do referendun revogatório do mandato presidencial.

O CNE, controlado pelo chavismo, não podia se opor ao parlamento sem romper ele mesmo com a casca da democracia burguesa e se opor assim não somente ao parlamento, mas

também aos milhões que votaram na oposição em dezembro do ano passado. Isto é, sem criar as condições para que as massas pequeno-burguesas que encheram as ruas em 2013 voltassem mais uma vez à ação direta, abrindo novamente as comportas à violência interburguesa. De forma que somente restava a Nicolás Maduro erguer todos os obstáculos possíveis para dificultar os processos para avançar o referendun.

Segundo a Constituição, para que se realize um referendun de consulta popular para a remoção de um presidente, são necessárias 195 mil assinaturas: 1% dos 19,5 milhões de eleitores. Em apenas dois dias a oposição reuniu 1,8 milhão de assinaturas. O que indica até que ponto uma ampla camada da pequena-burguesia urbana está sob o programa e objetivos dos golpistas. Agora, o Judiciário terá de apurar as assinaturas. Se aceitas, o parlamento terá via livre para avançar o protocolo para redigir um projeto de lei de convocatória ao referendun. Entraves legais e políticos, no entanto, serão erguidos pelo chavismo para dificultar essa via.

Em primeiro lugar, a oposição deverá conseguir que o CNE dê seu parecer favorável ao processo de coleta de assinaturas. Acontece que uma vez que se validem as assinaturas se deverá realizar uma consulta eleitoral contando com assinatura e os dados biométricos de 20% dos eleitores do país. Uma vez conseguido esse objetivo, a oposição terá de obter no referendun revogatório um voto a mais dos 7.587.532 com que Maduro foi eleito. Por outra parte, se o processo for adiado até o próximo ano, um novo empecilho se levantará no caminho do golpismo. Segundo consta na Constituição, se o processo fosse possível e realização somente em 2017, nesse mesmo ano teriam se cumprido dois anos de exercício efetivo de governo Maduro. De forma que, nesse caso, diz a Constituição, se Maduro for derrubado, em seu lugar assumiria o seu vice-presidente, Aristóbulo Istúriz.

Está aí por que a principal estratégia do chavismo passa por aproveitar o controle sobre o Judiciário para evitar que a oposição avance em seus planos, forçando-a assim a esperar até as eleições de 2018. No entanto, o maior obstáculo para cumprir esses planos do chavismo está no agravamento da crise econômica. A queda dos preços do petróleo reduziu o PIB do país em 20%. Em 2014, ingressavam nos cofres do Estado 80 bilhões de dólares, já em 2015, apenas 24 bilhões. Tal situação obrigou o

governo a compensar parte das perdas aumentando os preços dos combustíveis (somente o ano passado, a gasolina teve um aumento de 6.200%). O que imediatamente se repassou aos preços internos, atingindo o consumo popular.

Como resultado desse processo, a inflação - segundo dados oficiais - chegou à casa de 180% no período de dois anos. Somando-se a isso, a seca no sudeste do país acabou praticamente com as reservas de água potável de “El Guri”, no estado de Bolívar, que abastece 60% da população e fornece 70% da energia que se consome no país. Nesse cenário, o governo foi obrigado a decretar o racionamento energético para todo o país: restringiram-se os horários de trabalho na indústria, nos serviços e no turismo; na maioria da administração pública se trabalhará apenas dois dias na semana.

Por outro lado, a queda dos preços mundiais do petróleo comprometeu os alicerces do orçamento público (95 % dele dependia das exportações petrolíferas), sobre os quais se ergueu a política assistencialista que soldou eleitoralmente as massas ao chavismo. Ora, a situação de penúria, escassez, carestia e elevação dos preços aprofundou o descontentamento operário e popular. Hoje, o chavismo conta apenas com a aprovação de 32%. Certamente, trata-se dos mais pobres e famintos, aqueles que sob o governo chavista foram alvo prioritário do assistencialismo e puderam se elevar conjuntamente da miséria extrema.

A carestia, o racionamento e a escassez são o pano de fundo em que se desenvolve e agiganta a crise do regime nacionalista pequeno-burguês. Nessa situação, já se demonstraram nas massas tendências a resolver o problema com suas próprias mãos. Apenas aplicadas as medidas provisórias e publicados os decretos de racionamento energético, se desataram massivos protestos populares e saques de supermercados e farmácias em várias cidades.

O chavismo, certamente, tenta equacionar sua desagregação social e política com medidas conjunturais. No 1º de Maio, decretou um aumento no salário mínimo nacional em 30%. Claramente insuficientemente para responder à alta inflacionária de 89%. No campo institucional, como assinalamos, conta com o Judiciário para barrar as manobras parlamentares da oposição. E a ameaçou com a “rebelião” popular se avançar à cassação. O maior obstáculo desse objetivo é sua dificuldade, cada vez maior, de mobilizar as massas em sua defesa, uma vez que estas rejeitam as medidas anti-operárias e anti-populares. Chamar à “rebelião” popular seria enfrentar a burguesia e o imperialismo pela via da luta de classes. O que é incompatível com um governo burguês, por mais nacionalista que seja.

Isso explica por que o chavismo está obrigado a comparecer perante a burocracia estatal e partidária para proteger suas posições no seio do Estado. A via de um autogolpe ou de um golpe militar é incerta. Segundo afirmaram fontes parlamentares, oficiais de alta patente teriam informado que não iriam reprimir nenhuma manifestação política da oposição. É evidente que as Forças Armadas não podem se comprometer a manter um governo em bancarrota. Mais cedo ou mais tarde cederá ao imperialismo e intervirá com os métodos ditatoriais.

O aspecto fundamental da crise passa pelo fato de que existe, no país, uma virtual paralisia das instituições. Não há no país uma força política que seja hoje capaz de centralizar o conjunto dos partidos e das instituições da burguesia. Tal impasse, evidentemente, não pode permanecer. Está aí o fundamento das

tendências à resolução da crise pela via de profundas convulsões políticas e sociais. Nesse estado de paralisia institucional, o maior perigo para a burguesia reside na irrupção dos explorados em defesa de suas condições de vida e pela via da ação coletiva de massas. É nesse cenário convulsivo que as Forças Armadas se convertem no árbitro supremo da situação.

Trata-se do último recurso do qual se valeria a burguesia para evitar que as massas se projetem no seio da crise com uma política e métodos próprios. Essa via, sem dúvida, contaria com total respaldo do imperialismo. Certamente, reafirmamos que o método ideal para conseguir seu objetivo de remover o chavismo do poder do Estado passa fundamentalmente pelas vias constitucionais. É a que representa menor perigo para a luta de classes no estágio atual da crise política.

Os ritmos e a perspectiva do desfecho da crise estão ditados não apenas pelos fatores internos do país, mas também pelas movimentações imperialistas por cima das fronteiras, visando a impor uma saída reacionária à crise. *Tudo aponta a mesma direção: o governo burguês de Maduro é um cadáver político e já não pode resistir às pressões do imperialismo e do avanço da direita burguesa na América Latina. Se o desfecho final da remoção do governo chavista percorrerá os caminhos das eleições ou do golpismo é uma questão de correlação de forças na luta interburguesa e de desenvolvimento da luta de classes.*

Os planos do imperialismo e a reação interna ao país têm a seu favor o fato de que o proletariado não tem se constituído em uma força social e política independente. Não tem como responder à via golpista com sua estratégia própria, seu próprio programa e seus métodos de luta. Mas, também tem a seu favor a impotência do nacionalismo pequeno-burguês em libertar o país da opressão imperialista e desenvolver forças produtivas internas na base da nacionalização das fontes de matérias-primas e da grande propriedade privada dos meios de produção.

Trata-se na atual fase da crise de indicar os rumos e tendências mais gerais da desagregação do regime nacionalista burguês e estabelecer qual a política do proletariado na presente fase da crise política. Se o proletariado não se erguer como força social independente terá de passar pelo crivo da experiência do golpismo ou da remoção do chavismo por meios de novas eleições.

No entanto, não está dita ainda a última palavra. A grave crise econômica obrigará as massas a sair às ruas e a se radicalizar sob os impactos da crise política em desenvolvimento. Trata-se, na presente situação, de se opor a qualquer das vias traçadas pelo imperialismo, sem contudo hipotecar qualquer apoio ao governo burguês de Maduro que naufraga por sua própria política de submissão à grande propriedade dos meios de produção. *Para os explorados arrancarem das mãos da direita venezuelana e do imperialismo norte-americano o destino do chavismo, é preciso que criem seus organismos próprios de combate e se unam como uma só força revolucionária em torno da luta por um governo operário e camponês.*

A vanguarda e os setores avançados das massas devem urgentemente se libertar do cadáver do chavismo e se organizar em um partido marxista-leninista-trotskista. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional se dispõe a combater por essa via. As forças revolucionárias venezuelanas avançarão nesse caminho, partindo da defesa das reivindicações mais elementares da maioria oprimida e das tarefas democráticas próprias dos países semicoloniais.

Assimilar os fundamentos do “Que Fazer?” de Lênin

No Jornal Massas anterior, publicamos uma matéria intitulada “A Importância do Artigo ‘Por onde Começar’”, escrito em maio de 1901, por Lênin. As formulações contidas no “Por onde Começar” valem por si mesmas. No entanto, recorremos a esse escrito de Lênin, por ter sido o precursor do folheto “Que Fazer? (Problemas candentes de nosso movimento)”. Indicamos que daríamos continuidade neste número do Massas.

O folheto “Que Fazer?”, na realidade, é um extenso livro. Trata de vários aspectos da teoria marxista do partido. De forma que procuraremos expor suas teses fundamentais em uma sequência de artigos.

O próprio Lênin, anos mais tarde, recomendava estudar essa obra de acordo com as condições do movimento operário e do processo revolucionário na Rússia. Tinha claro que a formação e desenvolvimento do partido do proletariado em cada país percorrem um caminho, cujas determinações históricas expressam particularidades.

Um aspecto do “Que Fazer?” que indica uma discussão singular na formação da socialdemocracia russa se encontra logo no início do primeiro capítulo, nomeado *Dogmatismo e “Liberdade de Crítica”*. Devido à singularidade, poderíamos deixar de lado. No entanto, não há singularidade no pensamento de Lênin que não seja manifestações de leis gerais. Como rigoroso marxista, todo seu pensamento está marcado por situações objetivas, concretas, que em seu processo de realização permitem evidenciar os fundamentos gerais, portanto, teóricos. Os adversários de Lênin, na realidade, da fração marxista que este encabeçava, levantavam a bandeira de “Liberdade de Crítica” e contra um suposto dogmatismo. Está aí por que “O Que Fazer?” começa por esta questão.

Era necessário demonstrar que os socialdemocratas, encastelados na publicação *Rabócheie Dielo* e aglutinados na fração “União de Socialdemocratas Russos”, que, como a fração de Lênin, constituiu-se no exterior, representavam o revisionismo do marxismo, em cuja base se encontrava o reformismo de Eduard Bernstein. Para eles, a defesa e a aplicação do marxismo como ciência do proletariado não passavam de estreito dogmatismo. Lênin vai demonstrar que a fração que resistia a transformar a dispersa socialdemocracia russa em um partido programático, centralizado e orientado por um jornal nacional reproduzia na Rússia, a seu modo, as posições do Bernstein de que era preciso ter “uma atitude ‘crítica’ diante do marxismo envelhecido, dogmático”. Sob a bandeira da “liberdade de crítica”, os revisionistas dissolviam a doutrina socialista de Marx e Engels em generalidades e ecletismo. Essa atitude política dos partidários da “União de Socialdemocratas Russos” acobertava a negação do marxismo e o seu conteúdo de classe pequeno-burguês.

Lênin faz uma síntese das revisões, defendidas sob a bandeira de “liberdade de crítica e de luta contra o dogmatismo”. Eis: “A socialdemocracia deve se transformar, de partido da revolução social, em um partido democrático de reformas sociais. Bernstein apoiou essa reivindicação política com uma bateria de ‘novos’ argumentos e considerações bastante harmoniosamente concatenados. Negou-se a possibilidade de fundamentar cientificamente o socialismo e de demonstrar, do ponto de vista da concepção materialista da história, sua necessidade e inevitabilidade; negou-se o fato da miséria crescente, da proletarianização e da exacerbação das contradições capitalistas; declarou-se inconsistente o próprio conceito do ‘objetivo final’ e rechaçou-se absolutamente a ideia da ditadura do proletariado; negou-se o antagonismo de princípios entre o liberalismo e o socialismo; negou-se a teoria da luta de classes, advogando que não é aplicável a uma sociedade estritamente democrática, governada conforme a vontade da maioria, etc.”

A posterior cisão entre bolcheviques e mencheviques demonstrará que Lênin estava com a razão em caracterizar que a socialdemocracia estava diante de “uma nova variante do oportunismo”. Mascara-se com a bandeira de “liberdade de crítica” para defender posições

antimarxistas. Ou seja, nas palavras de Lênin “a liberdade de introduzir no socialismo ideias burguesas e elementos burgueses”.

Em resposta à posição de tornar a socialdemocracia um partido democrático de reformas e inconsistente, Lênin fez uma de suas primeiras formulações sobre o partido como vanguarda revolucionária do proletariado. É o que depreendemos da seguinte passagem inicial do “Que Fazer?”: “*Marchamos em um pequeno grupo unido por um caminho acidentado e difícil, fortemente tomado pelas mãos. Estamos rodeados de inimigos por todos os lados e temos de marchar quase sempre sob seu fogo. Unimo-nos em virtude de uma decisão livremente assumida, precisamente para lutar contra os inimigos e não cair, tropeçando, no pântano vizinho, cujos moradores nos reprovam por termos nos separado em um grupo distinto e por escolhermos o caminho da luta e não o da conciliação*”.

O “vizinho” utilizado por Lênin de forma figurativa correspondia à fração socialdemocrata internacional que renegou o marxismo e se pôs a formular críticas contra a ortodoxia e doutrinarianismo em defesa de teses reformistas. Na socialdemocracia russa essa tendência revisionista se manifestou historicamente como “marxistas legais”, que predicavam “a teoria da atenuação das contradições sociais, proclamando que é absurda a ideia da revolução social e da ditadura do proletariado, reduzindo o movimento operário e a luta de classe a um sindicalismo estreito e à luta ‘realista’ por pequenas e graduais reformas”. Tratava-se do economicismo, cuja orientação encarregava a classe operária da luta estritamente econômica e a intelectualidade de se juntar com os liberais para a luta política.

O enorme esforço de Lênin por desenvolver a teoria marxista nas condições concretas da luta de classes internacional e na Rússia era rechaçado pelos economicistas, que encarnavam o ecletismo e a ausência de princípios. Lênin, ao contrário, combatia o “rebaixamento do nível teórico”. Demonstrava que o baixo desenvolvimento teórico da socialdemocracia russa era um grande obstáculo para transformar o proletariado em força revolucionária consciente. A socialdemocracia estava no início de sua formação, não havia “ajustado suas contas com as outras tendências do pensamento revolucionário”. Por ser internacionalista, tinha de assimilar as experiências de outros países. Essa tarefa não podia ser cumprida apenas copiando tais experiências. Era preciso “assumir uma atitude crítica diante da experiência e comprová-la por si próprio”. O que exigia a elevação teórica.

Lênin recorre aos ensinamentos de Engels sobre a importância decisiva da teoria revolucionária. Eis a conclusão de Lênin: “*Sem teoria revolucionária, não pode haver tampouco movimento revolucionário. Nunca será demais insistir sobre esta ideia, em um momento em que a prédica em voga do oportunismo acompanha uma paixão pelas formas mais estreitas da atividade prática*” (...) “*Por enquanto não pretendemos senão indicar que somente um partido dirigido por uma teoria de vanguarda pode cumprir a missão de combate de vanguarda*”. Lênin não fazia senão defender e desenvolver o fundamento do socialismo científico da unidade entre a teoria e a prática.

Concluimos essa parte do estudo do “Que Fazer?” com a previsão que fecha o primeiro capítulo. “*A história coloca-nos hoje uma tarefa imediata que é a mais revolucionária de todas as tarefas imediatas do proletariado de nenhum outro país. A realização dessa tarefa, a demolição do mais poderoso baluarte, não já da reação europeia, mas também (podemos dizê-lo hoje) da reação asiática, transformaria o proletariado russo na vanguarda do proletariado revolucionário internacional*”.

O fato de a fração leninista ter derrotado a fração revisionista permitiu que o bolchevismo dirigisse a revolução de outubro de 1917 e projetasse a classe operária russa na mais elevada expressão do internacionalismo.